MACONHA O SUPREMO TRIBUNAL ESTABELECE A DIFERENÇA ENTRE USUÁRIO E TRAFICANTE, MAS O CONGRESSO AMEAÇA DAR VÁRIOS PASSOS PARA TRÁS

BOLÍVIA A SURREAL TENTATIVA DE GOLPE EXPÕE A LUTA INTESTINA PELO PODER EM UM PAÍS ACOSSADO POR UMA CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA




APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE E SAIBA MAIS

INÊS 249

CartaCapital

3 DE JULHO DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1317

Em 2023, mais de 3,2 mil trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão. Pág. 28

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

ACERVO SINAIT/AFT E REDES SOCIAIS

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

INÊS 249

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Italo Sasso
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos







GRITO PRESO NA GARGANTA

Na mixórdia de opiniões retrógradas, parece que os católicos foram deixados de lado na análise. Vemos nos vários grupos de redes sociais uma apologia da direita católica, com ferozes críticas ao atual papa Francisco e muitos saudosistas de Bento XVI. A pressão do conjunto religioso cristão não foi suficiente para fazer prosperar, momentaneamente, a estapafúrdia equivalência do aborto ao homicídio. Entre fatos e fetos, a população clamou pelo direito da mulher ao seu próprio corpo. Veremos por quanto tempo isso dura e a influência desses embates nas eleições municipais.
Adilson Gonçalves

CRONÔMETRO PERVERSO

O viés religioso subjaz no julgamento sobre o aborto mesmo nos casos protegidos por lei. A lógica dos fiéis é: se Deus deu vida àquele feto, e Ele não erra nunca, logo seria um pecado ir contra a vontade Dele. A ideologia baseada na "fé" aborta toda e qualquer disposição de enfrentamento da complexidade da questão do aborto e transfere todo o ônus teológico – a condenação eterna – para aquela mulher, adolescente ou criança.
William Costa Cantanhede

O BAIXO CLERO NO PODER

Concordo que o Congresso atual é medíocre, mas a questão não se encerra na acusação endereçada aos presidentes da Câmara e do Senado. Para mim, a responsabilidade maior deve ser atribuída aos dirigentes partidários. São as agremiações políticas que definem, em última análise, a pauta em discussão no Congresso e como os seus parlamentares devem posicionar-se.
Gilson dos Santos

DIREITA PULVERIZADA

Não me recordo de uma eleição em que a direita tenha apresentado tantos candidatos ruins para disputar a prefeitura de São Paulo. Se juntar tudo, não faz sabão de quinta categoria. Ainda bem que são limitados e estão dividindo os votos.
Alexandre Fernandes

MIGRANTES E REFUGIADOS

É de espantar que, no Brasil, um país majoritariamente de imigrantes, haja uma rejeição tão grande aos refugiados. Claro que ainda há o preconceito contra o imigrante "não europeu", mas veja-se a contribuição dos judeus, árabes, africanos, latino-americanos e orientais para a atividade econômica, a cultura, a culinária e o vocabulário do Brasil. Difícil de entender e de aceitar essa rejeição.
César Augusto Hulsendeger

TEMPORADA DE CAÇA

No México, observa-se o mesmo fenômeno em período eleitoral, com a associação do crime organizado ao poder constituído. No Equador, aconteceu algo semelhante, mas nas eleições presidenciais. O Brasil precisa combater mais fortemente o crime organizado, antes que ele destrua o País.
Ana de Paula

ERRATA

Na reportagem "Nem o básico", publicada na edição 1316 de CartaCapital, *o nome da cidade de São Sebastião da Boa Vista, no arquipélago de Marajó, foi incorretamente grafado como São João da Boa Vista. O texto já foi corrigido na versão publicada no site e em nossas plataformas digitais.*

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

A miragem das aulas

Os técnicos-administrativos das universidades federais decidiram continuar em greve, mesmo após os professores anunciarem o retorno ao trabalho após 69 dias de paralisação. Em assembleia na segunda-feira 24, a Fasubra, federação sindical que representa a categoria, decidiu recusar a proposta do governo Lula e manter as negociações com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Com isso, a volta às aulas será prejudicada. Os docentes podem estar presentes, mas faltarão funcionários para manter o serviço de laboratórios, bibliotecas e restaurantes universitários.



Drogas/ Vitória de Pirro?

O STF descriminaliza posse de maconha e Arthur Lira prepara revide na Câmara

Depois de nove anos de julgamento, o Supremo Tribunal Federal decidiu, na quarta-feira 26, descriminalizar o porte de maconha para consumo pessoal e definir uma quantidade mínima da droga para diferenciar usuário de traficante. O processo começou a ser julgado em 2015 e foi paralisado em diversas ocasiões por pedidos de vista dos ministros da Corte.

Inicialmente, o relator Gilmar Mendes defendeu que a medida fosse estendida para todas as drogas, por entender que a persecução penal de usuários e dependentes químicos compromete medidas de prevenção e redução de danos, além de provocar o inchaço dos presídios no Brasil, que já possui a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos EUA e da China. Depois, o magistrado decidiu restringir a descriminalização apenas à maconha, ajustando-se à tendência da maioria de seus colegas.

O avanço pode, porém, transformar-se numa vitória pírrica. Tão logo a decisão foi anunciada, o presidente da Câmara, Arthur Lira, oficializou a criação da comissão especial que vai analisar a PEC das Drogas. Patrocinada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a proposta proíbe a posse de qualquer quantidade de narcótico e mantém um dos maiores vícios da atual legislação: a falta de um critério objetivo para distinguir usuário de traficante, deixando a distinção à análise subjetiva de policiais e juízes.

Na prática, jovens negros, pobres e periféricos quase sempre são considerados traficantes, com pena de até 15 anos de reclusão, ao passo que jovens brancos e moradores de bairros abastados costumam ser enquadrados como usuários, sujeitos a punições alternativas à prisão, mesmo quando são flagrados com quantidades idênticas ou superiores de entorpecentes. Unidos pelo atraso, Lira e Pacheco parecem dispostos a manter tudo como está.

Diplomacia/

Deportação a jato

Palestino é impedido de entrar no Brasil por ter sido incluído em obscura lista do FBI



O professor se diz vítima de perseguição política

Barrado no Aeroporto Internacional de Guarulhos, o professor palestino Muslim M. A. Abuumar protestou contra a decisão das autoridades brasileiras de deportá-lo no domingo 23. "Essa jornada árdua incluiu uma decisão injusta da Polícia Federal de impedir minha entrada no Brasil, emitida sob ordens de um país estrangeiro imperialista que patrocina ativamente o genocídio em Gaza perpetrado por Israel", afirmou, em comunicado à imprensa, após retornar com a família para a Malásia.

Abuumar, de 37 anos, desembarcou em Guarulhos com a esposa grávida, o filho e a sogra na sexta-feira 21. A família ficaria quase um mês no estado de São Paulo, onde mora um irmão do palestino. Depois de passar por interrogatório, o professor foi informado de que não poderia entrar no País. A deportação foi autorizada por uma juíza plantonista. Segundo o jornal *O Globo*, o nome do palestino figura em uma lista feita pelo FBI, polícia federal dos EUA, de pessoas supostamente vinculadas ao Hamas.

O professor se diz perseguido por seu posicionamento político. "Fui muito claro ao afirmar que, como acadêmico e como palestino, acredito que Israel é um regime de *apartheid*, que está cometendo um genocídio em Gaza e deve ser levado à Justiça, e isso está de acordo com o direito internacional e a posição do próprio governo brasileiro." A PF não comentou o caso.

Mortes festejadas com "charutos e cerveja"

Cinco policiais militares foram afastados de suas funções após permitirem que um *youtuber* norte-americano participasse de operações em favelas da Zona Norte de São Paulo. Gen Kimura divulgou as imagens nas redes sociais. Na gravação, o influenciador diz ter obtido a permissão do comando do 18º Batalhão da PM para "mostrar a realidade do trabalho policial em uma das cidades mais perigosas do mundo". Em uma das conversas registradas no trajeto, um policial comentou que as mortes de criminosos são comemoradas "com charutos e cerveja". Os agentes cumprirão serviços administrativos durante o período de investigação interna da corporação.

Justiça Eleitoral/

O VALENTÃO DAS REDES SOCIAIS

TSE MANTÉM PRISÃO DE EX-DEPUTADO POR VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

O Tribunal Superior Eleitoral manteve, na terça-feira 25, a prisão preventiva do ex-deputado Wladimir Afonso Rabelo da Costa, um ex-delegado acusado da prática de violência política de gênero contra a deputada federal Renilce Conceição Nicodemos de Albuquerque, do MDB do Pará. Por unanimidade, os ministros da Corte decidiram pelo indeferimento do pedido da defesa pela revogação da medida cautelar.

Segundo o inquérito, o réu ameaçou e perseguiu a deputada pelas redes sociais, chegando a divulgar o telefone da vítima e a impulsionar vídeos com ofensas e humilhações. Costa também realizou *lives*, nas quais fazia ilações acerca de relacionamentos da vítima, incitando violência contra a mulher.

Ao votar, a relatora do caso, ministra Isabel Gallotti, observou que o ex-deputado cumpriu algumas medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica e o distanciamento físico da vítima, mas ele continuou a ofender a vítima na internet. Deputado federal por quatro mandatos consecutivos, de 2003 a 2019, Wladimir Costa ficou nacionalmente conhecido por tatuar o nome do ex-presidente Michel Temer entre o ombro e o braço direito.



Costa ficou conhecido por bajular Temer com tatuagem

REDES SOCIAIS E NELSON ALMEIDA/AFP

A Semana

Fim da mamata

Por decisão da Suprema Corte de Israel, os estudantes ultraortodoxos das escolas talmúdicas estão obrigados, como os demais jovens do país, a se alistar nas forças armadas. "Na ausência de uma regulamentação adequada, o Executivo não tem poder para ordenar a não aplicação da Lei do Serviço Militar", afirmaram os magistrados. "O Estado deve agir para aplicar a lei." A dispensa dos alunos do Talmude havia sido estabelecida em 1948 por David Ben Gurion e sempre foi uma moeda de troca pelos votos dos radicais extremistas.

Sociedade/ Assange livre

O fundador do WikiLeaks aceita um acordo e deixa a prisão



De volta para casa

Após 1.901 dias em um presídio de segurança máxima, Julian Assange está livre. O fundador do WikiLeaks aceitou os termos de um acordo com a Justiça dos Estados Unidos, no qual se declara culpado por violar a Lei de Espionagem norte-americana e conspirar para obter e divulgar ilegalmente informações confidenciais de defesa nacional. A pena inicial de até 175 anos proposta pelo Ministério Público dos EUA será reduzida a 62 meses, período compensado pelos quase cinco anos de detenção do australiano no Reino Unido. O pai de Assange agradeceu a interferência diplomática de Anthony Albanese, primeiro-ministro da Austrália. A atuação de Albanese foi essencial para a Justiça britânica conceder uma nova possibilidade de recurso, depois de um tribunal de Londres determinar a extradição para os EUA. Também pesou no acordo agora oferecido por Washington. "A prioridade é que ele volte a ficar saudável. Tem estado numa condição terrível nos últimos cinco anos", afirmou Stella Assange, mulher do jornalista. Para o fundador do WikiLeaks, obviamente, é melhor assinar o acordo do que se submeter a uma punição equivalente a uma pena de morte, mas a solução oferecida pelo Departamento de Justiça norte-americano não deixa de ser uma ameaça à liberdade de imprensa, como bem lembrou Stella. "Iremos pedir perdão, mas o fato de haver uma confissão de culpa, ao abrigo da Lei de Espionagem, é uma preocupação muito séria para os jornalistas." No anúncio da libertação, o WikiLeaks agradeceu o empenho de ativistas e autoridades que defenderam os direitos de Assange ao longo do processo.

INÊS 249

Rússia/ Criminosos de guerra

O TPI emite mandados de prisão contra aliados de Putin

O ataque a alvos civis na Ucrânia levou o Tribunal Penal Internacional a emitir, na terça-feira 25, mandados de prisão contra dois aliados importantes de Vladimir Putin. Valeri Guérassimov, chefe do Estado-Maior, e Serguei Choigu, ex-ministro da Defesa, foram considerados pela Corte diretamente responsáveis pela destruição da infraestrutura elétrica da Ucrânia entre outubro de 2022 e março de 2023. "Os danos civis acessórios esperados teriam sido claramente excessivos em relação à vantagem militar esperada", concluíram os magistrados. Procurador do TPI, Karim Khan definiu assim a decisão: "Como destaquei em várias ocasiões, nenhum indivíduo, em qualquer lugar do mundo, deve sentir que pode agir com impunidade". Assim como Israel, a Rússia não assinou o Tratado de Roma, portanto seus cidadãos não estão, em tese, ao alcance do tribunal. O Kremlin considerou "insignificantes" os mandados de captura, mas o fato é que uma decisão anterior da Corte de Haia teve o condão de limitar os deslocamentos de Putin. Desde a emissão de um mandado de prisão contra ele, o presidente russo só visita países não signatários do tratado.

Choigu e Guérassimov na mira da Corte de Haia

Protestos no Quênia

Uma proposta de aumento de impostos provocou uma tragédia no Quênia. Manifestantes invadiram o Parlamento e enfrentaram as forças de segurança nas ruas da capital, Nairóbi. Saldo: ao menos 17 mortos e 86 feridos. A reação policial foi criticada pelo secretário-geral da ONU, António Guterres. "Insto as autoridades a atuarem com moderação e peço para que as manifestações decorram de forma pacífica", clamou. A segurança é "a prioridade máxima", respondeu o presidente do país, William Ruto.

Geopolítica/ O TRIUNFO DA BELIGERÂNCIA

O EX-PRIMEIRO-MINISTRO HOLANDÊS MARK RUTTE VAI COMANDAR A OTAN

A Organização do Tratado do Atlântico Norte escolheu trocar seis por meia dúzia. Sai o ex-primeiro-ministro norueguês Jens Stoltenberg, que ocupou por uma década o posto de secretário-geral, entra o ex-primeiro-ministro holandês Mark Rutte. Ambos defendem a expansão dos gastos militares dos associados da Otan e preferem manter o conflito na Ucrânia "até a derrota total da Rússia" a buscar um acordo de paz. Apesar do apoio dos Estados Unidos, a escolha de Rutte prolongou-se além do esperado, por objeções, agora superadas, da Hungria e da Turquia. O novo secretário-geral toma posse em outubro. Stoltenberg celebrou a indicação do sucessor. "Saúdo calorosamente a escolha de Mark Rutte", afirmou. "É um verdadeiro transatlanticista, líder forte e construtor de consensos. Desejo-lhe todo o sucesso na medida em que continuamos a fortalecer a Otan para os desafios de hoje e de amanhã." A nomeação também destravou a composição dos principais cargos na União Europeia. Rutte tinha se tornado um empecilho ao acordo entre o centro-direita, os socialistas e os liberais. Não mais. Ursula von der Leyen ganhará um novo mandato como comissária. António Costa, ex-primeiro-ministro de Portugal, será o presidente do Conselho Europeu e Kaja Kallas, *premier* da Estônia, assumirá o cargo de chanceler da UE.



Com Rutte, a estratégia de expansão permanece a mesma

SANDRA BLASER/WEF, WIKILEAKS/AFP E ANDREY RUSOV/MINISTÉRIO DA DEFESA/RÚSSIA

INÊS 249



Bolsa iate

BENEFÍCIOS FISCAIS, TRIBUTÁRIOS E CREDITÍCIOS PARA OS MAIS RICOS MINAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

por CARLOS DRUMMOND

"Que direito o Estado tem de abrir mão de uma determinada quantia de arrecadação para favorecer o lucro do empresário?", perguntou o presidente Lula em entrevista ao portal UOL na quarta-feira 26. Quando há crise econômica, disse, é justificável utilizar a desoneração tributária para o alívio temporário das empresas, mas o *lobby* e a ação parlamentar são usados para eternizar o benefício. "Aqui no Brasil, quando a gente aprova desoneração para cinco anos, quando chega nos cinco anos, tem projeto para desonerar mais dez, quando chega nos dez, tem mais dez e fica política perene", sublinhou. Desonerações de empresas, prosseguiu o presidente, só fazem sentido quando acontecem por tempo determinado e são acompanhadas de contrapartidas como a manutenção da estabilidade do emprego.

Lula referia-se, indiretamente, à desoneração de 17 setores empresariais em 2012, renovada seguidamente e que prossegue até hoje. O governo tentou recuperar a perda da receita apropriada pelos empresários, com a Medida Provisória que visava eliminar as irregularidades comprovadas dos benefícios relacionados à arrecadação do PIS/Cofins, mas a proposta não durou uma semana e foi derrubada por uma tropa de choque dos setores ditos produtivos, o agronegócio à frente.

O presidente voltou ao tema dias depois de ter se declarado impressionado com a ordem de grandeza dos benefícios tributários, mais de 700 bilhões de reais. Lula destacou que os maiores privilegiados são a agricultura, com mais de 60 bilhões de isenções e benefícios, e o setor de combustíveis, com cerca de 30 bilhões. Há, no entanto, os benefícios tributários justificáveis, como aqueles concedidos aos medicamentos, ou os destinados às pequenas empresas, com faturamento abaixo de 1,8 milhão de reais, entre vários outros. O que incomoda, não só o presidente, são os chamados privilégios tributários, benesses dadas a quem não precisa.

O total de benefícios citado por Lula consta do relatório da Instituição Fiscal Independente do Senado apresentado em abril. O volume de subsídios tributários, financeiros e creditícios voltou a crescer, apontou o economista Eduardo Nogueira, da IFI, com as projeções a indicar uma renúncia em torno de 700 bilhões de reais em benefícios concedidos em 2023, o maior valor da série histórica. As estimativas para 2024 indicam a redução de subsídios tributários, mas os subsídios financeiros e creditícios podem aumentar em razão da ampliação de programas e da redução da taxa de remuneração de fundos e programas, entre outros fatores.

A expansão do volume de subsídios levou a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil a criar um *ranking*, o "privilegiômetro tributário", com os dez maiores privilégios tributários. Privilégios tributários são, segundo uma Nota Técnica da entidade, "aqueles gastos tributários – resultado da omissão na criação de tributo constitucionalmente previsto e das isenções, anistias, remissões, subsídios, benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia – concedidos a setores ou parcelas específicas de contribuintes, sem que exista contrapartida adequada, notória ou comprovada por estudos técnicos, para o desenvolvimento econômico sustentável sem aumento da concentração de renda ou para a diminuição das desigualdades no País".

OS MAIORES PRIVILÉGIOS DE IMPOSTOS TOTALIZAM 440,5 BILHÕES DE REAIS

Os maiores gastos tributários considerados privilégios, isto é, sem qualquer contrapartida benéfica para a sociedade, totalizam 440,5 bilhões em 2023, segundo a Unafisco. A soma inclui 74,6 bilhões de reais de isenção dos lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas, e 73,4 bilhões referentes à não instituição de Imposto Sobre Grandes Fortunas. Ainda na mesma categoria figuram 54,6 bilhões da Zona Franca de Manaus, 8,5 bilhões da Sudene, 6 bilhões da Sudam, 906 milhões relativos a Mercadorias Norte e Nordeste, 447 milhões de Áreas de Livre Comércio e 158 bilhões da Amazônia Ocidental, no total de 78,7 bilhões. Nenhum desses gastos apresenta "notória contrapartida econômica ou social", segundo a Unafisco.

Os maiores benefícios tributários com contrapartida econômica ou social, isto é, que resultam em algum benefício para a parcela mais pobre da sociedade, somam 123,3 bilhões de reais, dos quais 88,5 bilhões dizem respeito ao Simples Nacional e 34,8 bilhões para Agricultura, Agroindústria e Desoneração da Cesta Básica. Entre os gastos tributários com retorno para a sociedade, sobressaem 24,5 bilhões de reais em deduções de despesas médicas, que suprem, em parte, a insuficiência de investimento público na saúde, e 20,6 bilhões de isenção do pagamento do Imposto de Renda de aposentados por moléstia grave ou doença. Outros exemplos são os 9,3 bilhões relativos ao ProUni e à importação de equipamentos destinados a pesquisas autorizadas pelo CNPq, e 1 bilhão para auxiliar cidadãos com mobilidade reduzida na aquisição de cadeiras de rodas e aparelhos que melhorem suas condições de vida.

Os técnicos da Unafisco fazem uma

MARINA PORTO FRADE/ANGRA DOS REIS

ressalva sobre o "privilegiômetro. Trata-se do fato de o Demonstrativo dos Gastos Tributários, elaborado pela Receita Federal, não trazer informações acerca da totalidade das despesas. Algumas renúncias não constam do Demonstrativo, inclusive "dois exemplos bem expressivos": **1)** a isenção do imposto sobre a renda dos lucros e dividendos distribuídos por pessoa jurídica, instituída pelo art. 10 da Lei 9.249/1995, (no governo FHC, cabe destacar); **2)** as anistias e remissões concedidas nos programas de parcelamentos especiais. Ambos deveriam constar no DGT, conforme determinação constitucional, mas não foram considerados.

De acordo com a Receita Federal, a isenção do IR não é considerada no DGT, pois "o tratamento destinado aos dividendos é considerado como parte da estrutura geral do Imposto de Renda". A Unafisco contesta essa interpretação, que não deixa de ser benéfica à manutenção dos privilégios tributários para os ricos.

OS BENEFÍCIOS FISCAIS SEM RETORNO SOCIAL PERMITIRIAM CONSTRUIR 85 MIL ESCOLAS OU 8,2 MILHÕES DE CASAS POPULARES

Uma consulta ao Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas 2021 – Série 2019 a 2024 –, publicado pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, mostra que, de fato, não estão computados os volumes significativos de recursos que o Estado deixa de arrecadar com Imposto de Renda de lucros e dividendos e as anistias e remissões nos programas de parcelamentos. Os dez maiores gastos tributários, segundo o Demonstrativo, são o Simples Nacional, com 91,3 bilhões de reais, seguido de Agricultura e Agroindústria, 51 bilhões, e de Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, com 37,2 bilhões. Seguem-se Desenvolvimento Regional, com 33,2 bilhões, e Entidades Sem Fins Lucrativos, 31 bilhões. Os demais integrantes do *ranking* são Combustíveis, 31 bilhões, Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio, 25 bilhões, Deduções do Rendimento Tributável do IRPF, 24 bilhões, Medicamentos, 15 bilhões, e Benefícios do Trabalhador, 14 bilhões.

A bolada dos privilégios, isto é, de tudo aquilo que não é arrecadado de contribuintes com elevada capacidade de pagamento, deixa de se transformar em hospitais públicos, escolas, casas e farmácias populares, investimento em infraestrutura para transporte coletivo etc. Os 440 bilhões em privilégios tributários são suficientes para a construção de 85 mil escolas, 70 mil UBS, 87 mil UPAs e 8,2 milhões de unidades habitacionais, calcula a Unafisco.



As isenções na Zona Franca de Manaus somam 54,6 bilhões de reais

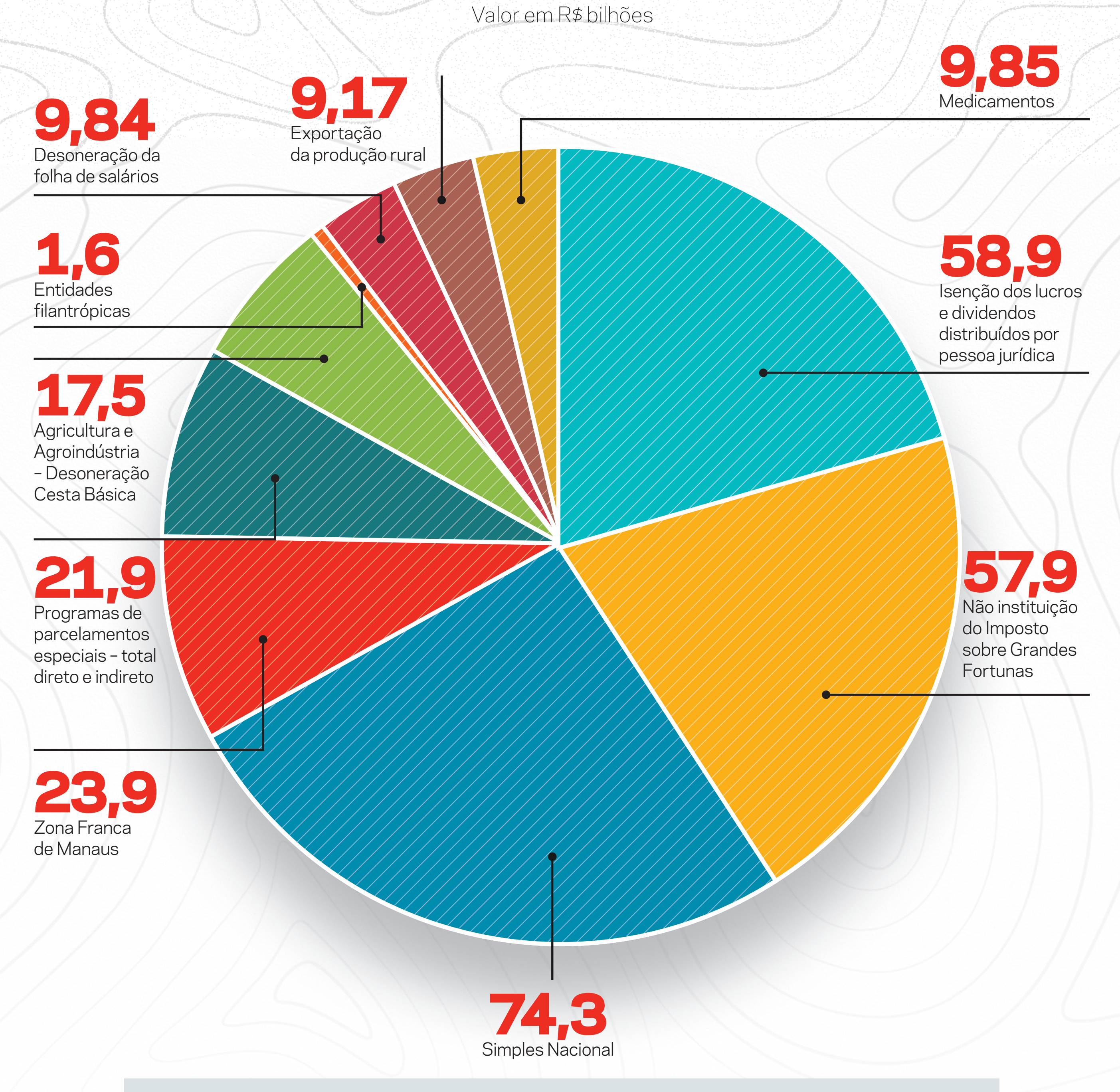
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

A drenagem acontece não só por insuficiência de força política para reversão desse quadro, mas por causa do enraizamento profundo das benesses para os abastados em um amálgama de leis e regulamentos consolidado ao longo de décadas, que compõem verdadeira couraça a proteger os interesses até hoje inatacáveis da riqueza no País. Destaca-se, entre inúmeros exemplos, o projeto de lei complementar para instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas, a ser utilizado, segundo o texto original, no financiamento da saúde pública, que desde 2008 se arrasta na Câmara dos Deputados. De acordo com estudo publicado em 2020, o Imposto sobre Grandes Fortunas, com uma alíquota de 4,8%, aplicada a patrimônios líquidos superiores a 4,6 milhões de reais (base de cálculo), apresenta potencial arrecadatório de 58,8 bilhões,

INÊS 249

OS DEZ MAIORES PRIVILÉGIOS TRIBUTÁRIOS

Valor em R$ bilhões



Simples Nacional, Agricultura e Agroindústria – Desoneração Cesta Básica, e Medicamentos são itens considerados em parte privilégios, os demais são integralmente privilégios, na definição da Unafisco Nacional

Dados de 2021.
Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Unafisco Nacional.

já considerada uma sonegação estimada de 27%, tributando-se apenas 220 mil contribuintes, ou 0,1% da população. Aplicando-se a este valor uma correção calculada com base no IPCA e no PIB de 2020 a 2022, o potencial arrecadatório seria de 73,4 bilhões de reais.

Uma forma de bloquear subsídios aos mais pobres é execrá-los em princípio, como se todos fossem nefastos às contas públicas e ao País, o que não corresponde à realidade. Excomungados pelo neoliberalismo, os subsídios fazem parte, contudo, da história econômica dos países e da sua ascensão à condição de nações desenvolvidas, frisa o economista Ha-Joon Chang, professor da Universidade de Cambridge. "O governo transfere muito dinheiro de uma parte da economia para outra. Ele tributa alguns e usa o dinheiro para subsidiar outros", explica Chang no livro *Economia: Modo de Usar*. Pagamentos de benefícios previdenciários são as mais importantes das transferências mediadas pelo governo, prossegue o autor, mas também há subsídios para tipos específicos de atividades produtivas, por exemplo, agricultura, indústrias incipientes, indústrias em declínio e investimentos em pesquisa e desenvolvimento de empresas do setor privado, remodelação de métodos de economia de energia em domicílios.

Todos ou quase todos os caminhos das distorções nessa área começam ou terminam no Congresso. As omissões legislativas em relação à isenção de lucros e dividendos do imposto sobre a renda, anistias e remissões em parcelamentos especiais e falta de instituição do imposto sobre grandes fortunas constituem "verdadeiro privilégio tributário, visto que se trata de opção ideológica que protege a camada mais abastada de brasileiros", dispara a Unafisco.

A reforma tributária, segundo a opinião dominante, deverá constituir um avanço em racionalização e redução de cumulatividades, a partir de operações como tornar iates e jatinhos tributáveis, mas tende a perenizar desigualdades. No estudo *Reforma Tributária: Desigualdade, Progressividade e Proposições Legislativas*, os economistas da UnB e consultores legislativos Pedro Garrido da Costa Lima e Roberto Bocaccio Piscitelli afirmam que algumas propostas da reforma tributária em curso são "insuficientes" para enfrentar a "iniquidade" presente no sistema tributário brasileiro. Costa Lima e Piscitelli fazem um levantamento das propostas legislativas que, em sua opinião, podem auxiliar na discussão sobre modificações na estrutura tributária.

Conforme se avança nas faixas de rendimentos, acrescentam, aumenta a participação de rendimentos isentos e sujeitos a tributação exclusiva, associados à renda de capital. O 1,16% mais rico aufere 46,3% do total de rendimentos isentos, que incluem distribuição de lucros e dividendos aos sócios de empresas, e 40,1% do total de rendimentos sujeitos a tributação exclusiva, como os decorrentes de aplicações financeiras. "Essa parcela mais rica respondeu por 16,2% do imposto devido, concentrou 33,8% de bens e direitos líquidos de dívidas e ônus e amealhou 71,3% das heranças e doações", anotam os economistas. O Imposto de Renda da pessoa física é progressivo até a faixa de 30 a 40 salários mínimos e torna-se regressivo para rendimentos mais elevados.

Alguns autores, acrescentam Costa Lima e Piscitelli, descrevem "uma re-

O 1,16% MAIS RICO AUFERE 46,3% DO TOTAL DE RENDIMENTOS ISENTOS





INÊS 249





Programas como Farmácia Popular ou Minha Casa, Minha Vida seriam muito maiores se parte da desoneração tributária fosse eliminada

PILLAR PEDREIRA/AG. SENADO E PREFEITURA DE RECIFE

forma tributária sorrateira" na década de 1990. Uma modificação marcante foi introduzida pela Lei 9.249, em 1995, que isentou do Imposto de Renda a distribuição de lucros e dividendos, inclusive os remetidos ao exterior. Além disso, criou a figura dos juros sobre capital próprio, "uma espécie de despesa fictícia que pode ser deduzida do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido com base no lucro real, e reduziu a alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, de 25% para 15%, e do adicional sobre os lucros".

Nas décadas seguintes, acrescentam os economistas, essa reforma infraconstitucional foi mantida, e outras modificações na legislação acrescentaram benefícios à renda do capital e compõem a configuração atual da desigualdade tributária. A Lei 11.033, de 2004, reduziu de 20% para 15% o Imposto de Renda para ganhos líquidos em Bolsas de Valores e a Lei 11.312, de 2006, reduziu a zero o Imposto de Renda e a CPMF para investidores estrangeiros em fundos de investimento de títulos públicos federais. "A disparidade na tributação inclui o fato de que, enquanto a renda do trabalho está sujeita à tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física, os rendimentos do capital de pessoas físicas têm tributação diferenciada e menor, especialmente em razão da incidência exclusiva na fonte para determinados rendimentos", destacam.

A forma atual de tributação das empresas, dizem os autores do estudo, que pagam, na comparação com as pessoas físicas, menos tributos em razão do regime de lucro presumido do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de deduções e benefícios e de possibilidades de planejamento tributário no regime de lucro real, prejudica a isonomia e incentiva o fenômeno da denominada pejotização, a transformação de pessoa física em pessoa jurídica (PJ). Acrescente-se que a reforma trabalhista do governo de Michel Temer, que estabelece, na prática, uma nova Consolidação das Leis do Trabalho, ainda fornece mais incentivos à pejotização, a exemplo da figura jurídica do trabalhador autônomo exclusivo, por meio da qual se pretendeu legalizar a contratação de pessoas jurídicas de maneira a não caracterizar relação trabalhista.

Em uma cascata de benefícios indevidos que parece sem fim, a Lei 9.249 de 1995 extinguiu a punibilidade do crime contra a ordem tributária, até mesmo de sonegação de impostos, se houver pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia, registram Costa Lima e Piscitelli. A Lei 9.430, de 1996, ainda postergou, para depois da decisão final na esfera administrativa, o encaminhamento de representação fiscal para fins penais ao Ministério Público em crimes contra a ordem tributária.

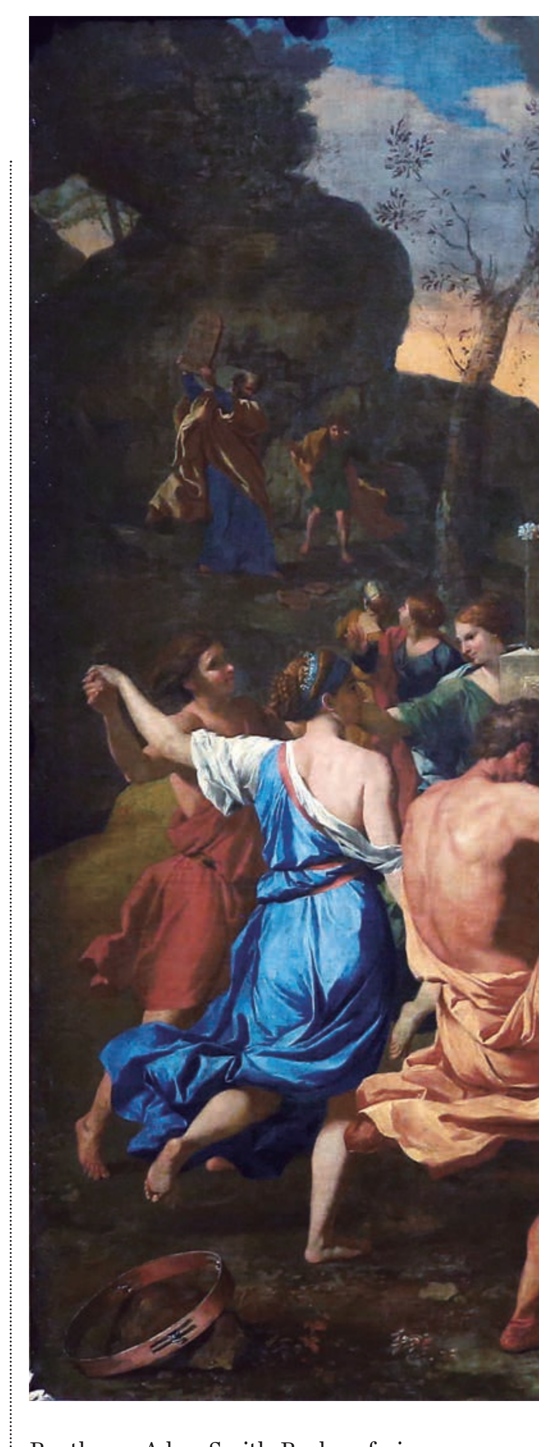
Ainda é possível, entretanto, buscar tributação progressiva da renda, com o aumento das faixas do IRPF e IRPJ, e do patrimônio, em heranças, doações e propriedade fundiária, e taxação dos dividendos de forma progressiva, das grandes fortunas e da remessa de lucros e dividendos ao exterior, além do fim dos juros sobre capital próprio. Essas e outras medidas, ressaltam os autores, possibilitariam até a redução dos impostos indiretos e da tributação sobre empresas do setor produtivo e atividades estratégicas, mantendo-se a carga tributária estável.

Conquistar avanços na redução da iniquidade tributária depende, no entanto, de uma racionalidade e um interesse público improváveis em um Congresso que, encastelado na defesa dos próprios privilégios, transformou o presidente Arthur Lira em senhor da aprovação ou rejeição de projetos. •

Amém, irmãos!

A AUTONOMIA OPERACIONAL DEVE SER CONTIDA NOS LIMITES DO SACRAMENTO DAS METAS DE INFLAÇÃO

por MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO



"A liberdade consiste em conhecer os cordéis que nos manipulam."
Baruch Espinosa

Na última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (Copom), por unanimidade, foi ratificada a manutenção da Taxa Selic em 10,5% ao ano e a suspensão temporária de corte na taxa básica. No Templo dos Milagres do Financismo, localizado na Avenida Faria Lima, o pastor J.P. Morgan, no final do culto, bradou em êxtase: "Amém, irmãos! A credibilidade voltou! Nossas preces foram ouvidas, somos o povo escolhido para ganhar dinheiro, nossa verdade é a nossa fé!" Os fiéis gestores do dinheiro alheio fizeram o coro: "Oh a credibilidade voltou, oh oh..."

O Deus Mercado sempre está certo, amém irmãos! Quem melhor entende do vil metal? Nós ou o Banco Central? Nossa autoridade monetária voltou ao caminho da fé financista, viu a luz no caminho de Damasco... Faria Lima! Amém...

O dilúvio da desancoragem das expectativas inflacionárias foi salvo pelas mãos divinas do mercado. Contra a fé e o dogma metamorfoseados em Ciência, ninguém pode! Nem o Bacen! Amém duas vezes, irmãos!

No livro *Poder e Progresso*, Daron Acemoglu e Simon Johnson relembram Edmund Burke, contemporâneo de Bentham e Adam Smith. Burke referia-se às leis do comércio como "as leis da natureza e, consequentemente, as leis de Deus. Como alguém poderia se opor às leis divinas?"

PARA APAZIGUAR O ESPÍRITO DOS CRENTES, A AUTORIDADE MONETÁRIA NÃO DEVE FAZER POLÍTICA MONETÁRIA

Assim, vamos excomungar os infiéis do Federal Reserve, sempre dispostos a renegar nossas crenças. Eles dizem:

"Desde o fim de 2008 até outubro de 2014, a Reserva Federal expandiu grandemente a sua detenção de títulos de lon-



NICOLAS POUSSIN/NATIONAL GALERY/LONDRES

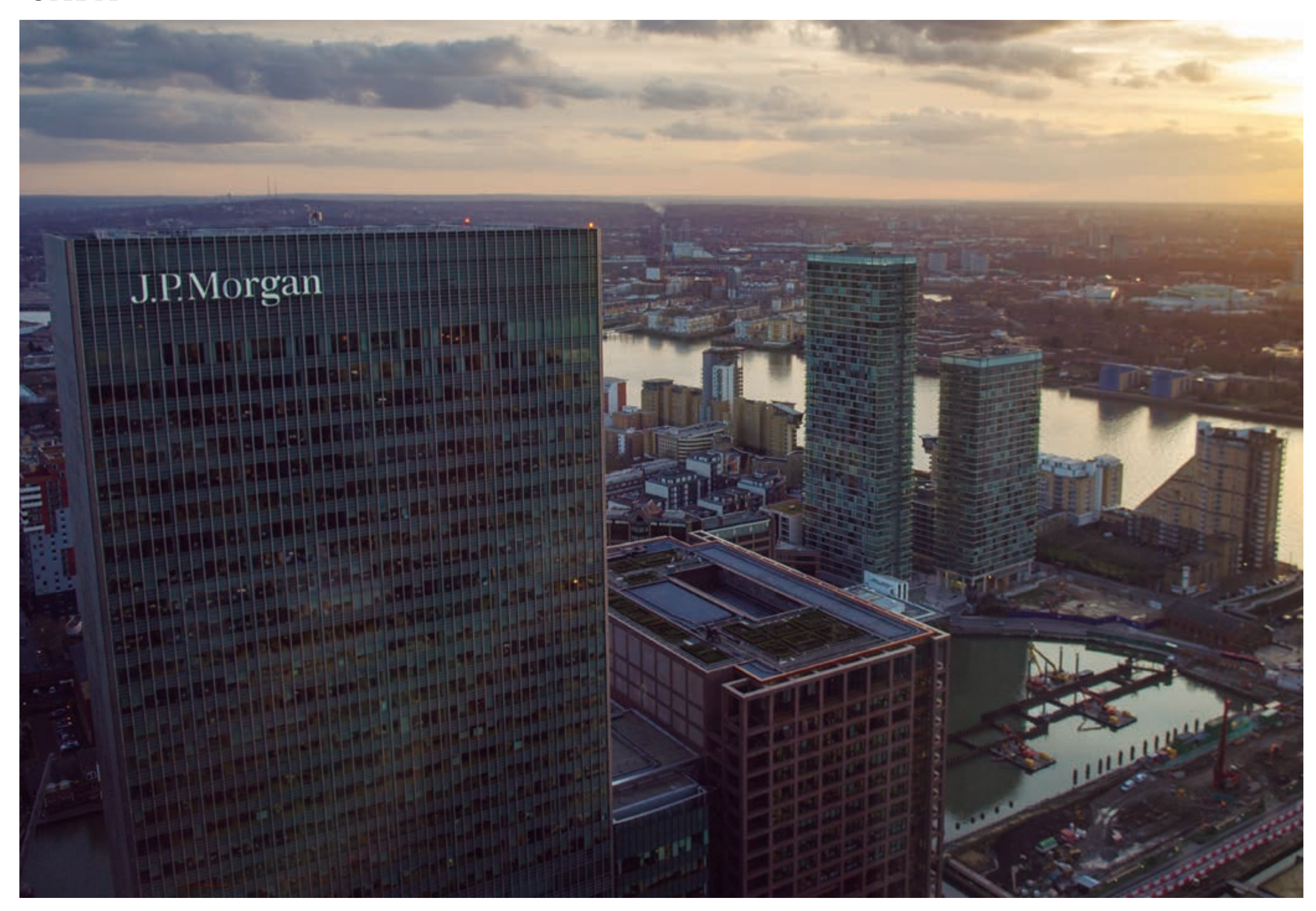
No óleo sobre tela *Adoração do Bezerro de Ouro*, de Nicolas Poussin, de 1633, o símbolo da fé cega e da fome sagrada do vil metal

go prazo através de compras no mercado aberto, com o objetivo de exercer pressão descendente sobre as taxas de juro de longo prazo e, assim, apoiar a atividade econômica e a criação de emprego, tornando as condições financeiras mais acomodativas" (*site* do Fed).

"O dinheiro que utilizamos para comprar obrigações quando estávamos a realizar a flexibilização quantitativa não provinha de impostos nem de empréstimos governamentais. Em vez disso, tal como outros bancos centrais, podemos criar dinheiro digitalmente sob a forma de 'reservas do Banco Central'.

"Usamos essas reservas para comprar títulos. Os títulos são essencialmente notas promissórias emitidas pelo governo e pelas empresas como forma de pedir dinheiro emprestado.

"Agora que estamos a reverter a flexibilização quantitativa, alguns desses títulos vencerão e estaremos vendendo outros aos investidores. Quando isso acontecer, o dinheiro que criamos para comprar os títulos desaparecerá e a quanti-



dade total de dinheiro na economia diminuirá (*site* do Banco da Inglaterra)".

Felizmente, dizem os sacerdotes da Seita Faria Lima, o Banco Central do Brasil está impedido de fazer esse tipo de operação amaldiçoada, praticada sem pejo por nossos irmãos anglo-saxões, tão admirados por aqui. No Brasil, a autoridade máxima monetária não pode determinar, intervir ou ancorar a estrutura a termo da taxa de juros. Nossa crença exige que a autonomia operacional seja contida nos limites da fé imposta pelo sacramento das Metas de Inflação.

Segundo os mandamentos da Seita Faria Lima, o Banco Central só pode definir a taxa Selic a cada 45 dias, em conformidade com o *Boletim Focus*, o Santo Graal das expectativas. Só eles falam com o Deus Dinheiro! Os mortais das fábricas de parafusos não entendem de âncoras, só de parafusos! Amém duas vezes, irmãos!

Reza a legislação dos crentes brazucas:

No Templo dos Milagres do financismo, na Faria Lima, o pastor J. P. Morgan, o mesmo de Manhattan, saúda a volta da credibilidade

"O objetivo fundamental do BC é assegurar a estabilidade de preços, além de, acessoriamente, zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego (*site* do Bacen)".

Para apaziguar o espírito dos crentes, graças às prescrições do Velho Testamento do Senhor Dinheiro, a autoridade monetária não deve fazer política monetária e escapar do objetivo enganoso de suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego. Por quê? Porque negar os mandamentos do Deus Mercado é pecado sem remissão!

Nos cultos aos domingos, os mais concorridos, o cântico final é o mais esperado, quando o pastor J.P. Morgan puxa a reza final: fiscal, fiscal, fiscal! A oração mais esperada: Oh dinheiro nosso que estás no céu. Contra satã: a dívida pública explosiva e o Estado esbanjador!

As ditas operações compromissadas são um instrumento comum dos Bancos Centrais para controlar a taxa básica fixada no mercado interbancário. No nosso caso, diferentemente de nossos irmãos do Norte, a autoridade monetária usa título público federal com cláusula de recompra, para manter a taxa básica. Muito lucrativa aos bancos, e risco zero. Cabe uma observação importante, instituições financeiras existem para ganhar dinheiro. O que podem ou não fazer cabe à autoridade monetária definir. Aqui podem quase tudo, afinal, são elas que garantem a credibilidade do Banco Central.

As operações compromissadas são registradas como dívida pública federal. Estimam-se entre 20% e 30% do total,

seria na ordem de quase 2 trilhões de reais. São operações de política monetária, nada a ver com o financiamento do déficit público. Mas serve ao mantra da Congregação da Faria Lima: fiscal, fiscal...

Para barrar as incursões de Galileu Galilei, o Cardeal Belarmino escreveu para outro clérigo: "... querer afirmar que realmente o Sol está no centro do mundo e gira apenas sobre si mesmo sem correr do Oriente ao Ocidente e que a Terra está no terceiro céu e gira com suma velocidade em volta do Sol, é coisa muito perigosa, não só de irritar todos os filósofos e teólogos escolásticos, mas também de prejudicar a Santa Fé ao tornar falsas as Sagradas Escrituras".

Voltamos aos heréticos do Federal Reserve:

"Durante o processo de normalização da política que começou em dezembro de 2015, a Reserva Federal utilizou pela primeira vez acordos de recompra reversa overnight (ON RRPs) – um tipo de OMO – como uma ferramenta de política suplementar, conforme necessário, para ajudar a controlar a taxa de fundos federais e manter dentro da faixa-alvo definida pelo FOMC.

Em setembro de 2019, a Reserva Federal utilizou acordos de recompra (repo) a prazo e *overnight* para garantir que a oferta de reservas permanecesse ampla, mesmo durante períodos de aumentos acentuados nos passivos não relacionados com reservas, e para mitigar o risco de pressões do mercado monetário que poderiam afetar negativamente políticas de implementação. A Reserva Federal continuou a oferecer acordos de recompra *overnight* e, no contexto do estresse relacionado com a Covid, por volta de março de 2020, os acordos de recompra a prazo e *overnight* desempenharam papel importante para garantir que a oferta de

O DILÚVIO DA DESANCORAGEM DAS EXPECTATIVAS INFLACIONÁRIAS FOI SALVO PELAS MÃOS DIVINAS DO MERCADO

reservas permanecesse ampla e apoiar o bom funcionamento dos mercados de financiamento de curto prazo em dólares dos EUA.

Na Declaração sobre acordos de recompra divulgada em 28 de julho de 2021, o Federal Reserve anunciou o estabelecimento de um mecanismo de recompra permanente (SRF) nacional. Ao abrigo do SRF, a Reserva Federal realiza diariamente operações de recompra *overnight* contra títulos elegíveis. "O FUR serve de apoio nos mercados monetários para apoiar a implementação eficaz da política monetária e o bom funcionamento do mercado (*site* do Fed)".

Nosso irmão do Norte faz o mesmo tipo de operação, e não é contabilizado como dívida pública! Indagam os hereges: "Cadê a nossa autonomia operacional? Por que não implementar os depósitos voluntários e acabar de vez com as compromissadas, como a grande maioria dos Bancos Centrais no mundo?"

A Seita Faria Lima não deixa. Amém irmãos!

Prosseguem os malditos hereges:

"A taxa de juros sobre os saldos de reservas (taxa IORB) é determinada pelo Conselho e é uma ferramenta importante para a condução da política monetária do Federal Reserve. Para a configuração atual da taxa IORB, consulte a nota de implementação mais recente emitida pelo FOMC. Essa nota fornece as configurações operacionais para as ferramentas de política que apoiam a meta do FOMC para a taxa de fundos federais.

"Os depósitos a prazo facilitam a implementação da política monetária, proporcionando uma ferramenta adicional através da qual a Reserva Federal pode gerir a quantidade agregada de saldos de reservas detidos pelas instituições depositárias. Os fundos colocados em depósitos a prazo são retirados das contas de reserva das instituições participantes durante a vigência do depósito a prazo e, assim, drenam os saldos de reserva do sistema (*site* do Fed)."

Alô, Cardeal Belarmino, é hora de convocar a Inquisição! •

ACERVO/MUSEU PLANTIN-MORETUS/ANTUÉRPIA E ISTOCKPHOTO

Afirmar o óbvio é perigoso, alertou o cardeal Belarmino

INÊS 249



Pés em duas canoas

PETRÓLEO O governo Lula aposta da exploração da Margem Equatorial para financiar a transição energética no País

POR FABÍOLA MENDONÇA

Oitavo maior produtor de petróleo do mundo, o Brasil pretende chegar à quarta posição e disputar o mercado petrolífero em pé de igualdade com a gigante Arábia Saudita. Para tanto, aposta todas as fichas na Margem Equatorial, área que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, onde estão localizadas cinco bacias sedimentares com alto potencial de conter o valioso "ouro negro". O País também tem a ambição de ocupar papel de destaque na transição energética em nível global, favorecido pela iluminação solar e ventos abundantes durante todo o ano. O impasse reside na difícil escolha entre manter os investimentos em uma economia ainda baseada nos combustíveis fósseis ou concentrar, desde já, todos os esforços na geração de energias renováveis. Colocar os pés em duas canoas soa contraditório para os ambientalistas.

Há pouco mais de um ano, o Ibama

INÊS 249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →



pág. 28

Proposta. Após 16 anos, plano de combate ao trabalho escravo será atualizado

OURO NEGRO

Com um volume estimado em 30 bilhões de barris, a Margem Equatorial pode duplicar as reservas de petróleo e gás do Brasil

Outros (17,1%) — 1,3

Margem Equatorial (41,5%) — 3,1

- 16 novos poços entre 2024-2028
- US$ 3,1 bi de investimentos

Bacias do Sudeste (41,4%) — 3,1

7,5

MARGEM EQUATORIAL

negou uma licença à Petrobras para realização de pesquisas para investigar a existência de petróleo na bacia da Foz do Amazonas. Trata-se do bloco FZA-M-59, localizado a 160 quilômetros da costa do Amapá e a 500 quilômetros da Foz do Rio Amazonas. Da negativa para cá, o tema gerou uma queda de braço dentro do governo. A área ambiental coloca-se contra a exploração de petróleo não só pelos riscos de acidentes e impactos na região, mas também porque defende a descarbonização de combustíveis fósseis, condição basilar para se falar em transição energética. Na outra ponta, a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia e o próprio presidente Lula enxergam na Margem Equatorial um novo pré-sal, capaz de gerar dividendos virtuosos e, inclusive, financiar o projeto de transição energética.

ISTOCKPHOTO

"Enquanto a transição energética não resolve o nosso problema, o Brasil tem de ganhar dinheiro com esse petróleo", defendeu Lula recentemente. "Na hora em que começarmos a explorar a chamada Margem Equatorial, eu acho que a gente vai dar um salto de qualidade extraordinário. Queremos fazer tudo legal, respeitando o meio ambiente, respeitando tudo. Mas não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer este País crescer", disse

Ambientalistas alertam, porém, que os projetos são contraditórios e inconciliáveis

o presidente, durante o Fórum de Investimentos Prioridade 2024, realizado em junho no Rio de Janeiro, um evento organizado pelo Instituto da Iniciativa de Investimentos Futuros (FII Institute), da Arábia Saudita. "Temos um debate técnico que precisa ser feito. O problema é que, no Brasil ,tudo é polemizado. Você tem petróleo em um lugar, a Guiana está explorando, Suriname está explorando, Trinidad e Tobago exploram, você vai deixar o seu sem explorar? O que nós precisamos é garantir que a questão ambiental será levada 100% a sério."

A tese de Lula converge com o que defendem o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard. "A pesquisa das potencialidades da Margem Equatorial é uma questão de soberania nacio-

Seu País



Bioma em risco? A Petrobras diz ser segura a exploração de bacia perto da Foz do Amazonas

nal e de responsabilidade com os brasileiros e as brasileiras. Vamos construir, junto ao Ibama, um caminho ambientalmente seguro para dar o direito ao povo brasileiro de conhecer suas riquezas", salientou Silveira, acrescentando que a Margem Equatorial "talvez seja a nossa última fronteira de petróleo e gás, antes da consolidação da transição energética". Ao tomar posse em 19 de junho, Chambriard observou que a geração de energias renováveis pode ser financiada pelo setor de óleo e gás. "Não existe falar em transição energética sem mencionar quem é que vai pagar. É o petróleo que vai pagar essa conta", disse a executiva, antes de completar: "É fundamental desenvolver nossas fronteiras exploratórias, como as da Margem Equatorial e do Sul do Brasil, sempre com rigorosos padrões de segurança, em absoluta conformidade com a legislação ambiental".

O ambientalista Ilan Zugman, diretor para a América Latina da ONG 350.org, lembra que vários países, inclusive o Brasil, se comprometeram a reduzir em 43% a emissão de gases de efeito estufa até 2030 e que colocar mais petróleo no mundo para ser queimado vai inviabilizar essa meta. "O Brasil precisa decidir se deseja se juntar ao clube dos maiores exportadores de petróleo do mundo ou se pretende realmente liderar uma transição energética justa. Somos um país riquíssimo em recursos naturais, mas a política precisa tomar uma decisão", diz. Já Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, avalia que a produção brasileira de petróleo hoje, de 3,4 milhões de barris por dia, é suficiente para bancar a transição energética, e chama atenção para a grave crise climática em escala global. "Petróleo gera dinheiro, mas a gente vai gerar dinheiro para quê? Para o desastre climático no Rio Grande do Sul? Para agravar a seca da Amazônia e as queimadas do Pantanal? É isso que a gente quer? Regiões que já produzem petróleo há décadas, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, não estão resolvendo suas questões sociais com o dinheiro gerado. Na verdade, o petróleo *offshore* é altamente concentrador de renda. Ele gera dinheiro, mas para beneficiários específicos, como os acionistas da Petrobras. Se eles querem financiar a transição energética com o petróleo, comecem a intensificar isso hoje, com a produção que já é feita", afirma. "Se a licença for aprovada hoje, o Bloco 59 vai precisar de seis a dez anos para começar a produzir. Não temos uma década para começar a investir na transição energética. O petróleo vai parar de ser usado amanhã? Não vai. Mas você tem que ter um cronograma, não faz sentido abrir novas áreas de exploração. Mais petróleo significa colocar no mercado um produto que, quando queimado, vai aumentar a emissão de gases de efeito estufa e piorar a crise climática", analisa a especialista.

O Ministério de Minas e Energia reitera, porém, que o Brasil precisa do petróleo e do gás natural não só para garantir a segurança energética nos próximos anos, mas também pela importância dessas fontes para a geração de receitas governamentais, renda e empregos. "O Estado brasileiro não pode abrir mão de receitas na ordem de 300 bilhões de reais por ano da indústria de exploração e produção de petróleo e gás natural", afirmou a assessoria de comunicação da pasta, por meio de nota. "O que o País precisa ter em mente é que o caminho para o *net zero* passa pela redução da queima de combustíveis fósseis, e não pela redução da produção de petróleo e gás natural. O que vai acontecer nessa caminhada para o *net zero* é que o País vai se tornar cada vez mais um grande *player* na exportação de petróleo, passando para o quarto ou quinto lugar, e passará também a ser um exportador de derivados, à medida que descarbonizar a matriz de energia e transporte. As receitas do petróleo também serão importantes para financiar o desenvolvimento de projetos que têm por objetivo mitigar os efeitos das emissões, a exemplo da tecnologia de captura, armazenagem e utilização de carbono. Importante destacar, ainda, que o petróleo brasileiro é um dos que têm a menor pegada de CO_2 do mundo, são 10 quilos por barril de óleo equivalente, ante uma média mundial na faixa de 20 kg/BOE."

> **"O Estado brasileiro não pode abrir mão de receitas na ordem de 300 bilhões de reais por ano", diz o Ministério de Minas e Energia**

Única brasileira a constar na lista das cem pessoas mais influentes do mundo em 2024 pela revista *Times*, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva garantiu o título pelo protagonismo, em nível global, na defesa do meio ambiente e dos projetos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Ela insiste que a decisão do Ibama de negar o licenciamento para pesquisa na bacia da Foz do Amazonas baseia-se em um parecer técnico, sem conotação política. Em janeiro deste ano, durante o Fórum Social Mundial, a ministra reiterou a necessidade de se acabar com a dependência de combustíveis fósseis e conclamou a indústria petrolífera a se engajar nesse propósito. "Estamos há 31 anos fazendo debate sobre mudança do clima, mas todos nós sabemos que o principal problema é o combustível fóssil. Para isso, temos que fazer uma transição envolvendo produtores e consumidores de petróleo."

Sobre o licenciamento da bacia da Foz do Amazonas, Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama, afirmou ao jornal *Valor Econômico* que está dialogando com a Petrobras e reconheceu que algumas adequações estão sendo feitas para sanar os problemas existentes do parecer anterior. "É uma região pouco desbravada, com altíssima biodiversidade, muita pesca artesanal e industrial. E é uma região com pouca estrutura física para o atendimento de um eventual acidente. A equipe continua analisando todas essas questões." Segundo Agostinho, na extensão da Margem Equatorial já existem poços perfurados no Ceará, mas que não estão produzindo. Em 2023, a Petrobras conseguiu licenças para procurar petróleo no Rio Grande do Norte, nas bacias sedimentares Ceará e Potiguar. Além dessas duas e da Foz do Amazonas, a Margem Equatorial ainda tem as bacias Barreirinhas, no Maranhão, e Pará-Maranhão.

"Só na costa Amazônica, há 328 blocos de petróleo, alguns em oferta e outros em estudo, numa extensão de 56 mil quilômetros quadrados. Temos nessa região a segunda maior cobertura de manguezais do mundo, o que corresponde a 80% dessa vegetação no Brasil, várias terras indígenas e territórios quilombolas, além de uma indústria pesqueira consolidada. Tudo isso estará sob ameaça, caso haja a exploração de petróleo", destaca o biólogo marinho Vinícius Nora, gerente de clima e oceanos da ONG Instituto Arayara. "Amazônia sustentável e petróleo não parecem caber na mesma cena."





Licenciamento. Magda Chambriard pressiona o Ibama, defendido por Marina Silva

JOSÉ CRUZ/ABR, RAFAEL PEREIRA/AGÊNCIA PETROBRAS E CÉZAR FERNANDES/AGÊNCIA PETROBRAS

Aposta arriscada

RIO DE JANEIRO Confiando na reeleição em primeiro turno, Paes cogita abrir mão do apoio do PT por chapa puro-sangue

POR MAURÍCIO THUSWOHL

A história política brasileira é farta em exemplos de governantes que, na tentativa de agradar a setores antagônicos da sociedade, enfrentam dificuldades eleitorais que comprometem sua trajetória. Político tarimbado e a três meses e meio de uma disputa municipal marcada pela polarização, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, do PSD, aposta suas fichas em uma estratégia que pode sacramentar seu favoritismo à reeleição, mas arrisca dificultar seu caminho ao governo estadual, meta para 2026.

Escorado por uma pesquisa, realizada pela Quaest e publicada em 19 de junho, que o mostra com 51% das intenções de voto, índice que cai para 47% quando seu nome é associado ao apoio do presidente Lula, o prefeito decidiu congelar as conversas em torno da indicação de um nome do PT para o lugar de vice em sua chapa. Além disso, Paes intensificou a aproximação com setores declaradamente bolsonaristas, manobra personificada no *tour* pela cidade que fez na semana passada ao lado do deputado federal evangélico Otoni de Paula, do MDB.

Paes tem evitado falar com a imprensa sobre suas movimentações, mas a interlocutores próximos sinalizou sua predileção por uma chapa puro-sangue do PSD, com o deputado federal Pedro Paulo, seu fiel escudeiro, no posto de vice. Enquanto isso, seus mais recentes aliados vocalizam com entusiasmo o novo cenário: "O PT não agrega à candidatura de ninguém. A polarização acabou levando Paes para o lado de Lula, mas agora o estamos trazendo de volta ao centro", diz Otoni. Em um ato com evangélicos na segunda-feira 24, o prefeito, que sofreu forte campanha contrária de igrejas na disputa com Marcelo Crivella em 2020, comemorou a aliança: "A boa notícia é que o Rio é cada vez mais de Jesus".



Ceciliano. "Quem fica em cima do muro leva pedrada dos dois lados"

Cientista político e professor da PUC Rio, Ricardo Ismael avalia que Paes construiu ao longo dos últimos anos uma parceria política com Lula que continuará sendo cultivada pelo prefeito até as eleições, mas pondera: "Sua relação com o PT do estado do Rio de Janeiro é diferente. O ingresso de Marcelo Freixo, seu adversário político, no partido aumentou a desconfiança em relação à cúpula petista, sobretudo quando se coloca na mesa a eleição para governador de 2026". A tendência, acrescenta Ismael, é que Paes tente levar até o fim seu jogo de equilíbrio político: "Tudo indica que o prefeito quer manter o apoio de Lula, e lhe será grato se vencer a eleição municipal, mas não escolherá um vice do PT estadual. Ele quer um nome alinhado ao seu projeto político em 2024 e também em 2026".

Por óbvio, a estratégia de Paes desagrada às lideranças estaduais petistas, sobretudo após a até aqui infrutífera visita de Lula ao Rio em abril e os diversos contatos telefônicos feitos pelo presidente desde então para tentar convencer o prefeito a aceitar como vice André Ceciliano, ex-presidente da Assembleia Legislativa (Alerj) e hoje secretário de Assuntos Estratégicos do governo federal. Responsável por tornar púbica a pressão do PT sobre Paes pela definição, a deputada federal Gleisi Hoffmann, presidente nacional do partido, comandou em 20 de junho uma reunião com representantes do PDT, do PCdoB, do PV e do Solidariedade com o objetivo de travar a aproximação do prefeito carioca com o bolsonarismo: "Decidimos que esses cinco partidos vão sugerir de forma conjunta o nome do vice. Já falei ao prefeito que ele precisa de um vice de esquerda para a militância entrar para valer na campanha", diz Hoffmann.

Diretamente envolvido na questão,



FERNANDO FRAZÃO/ABR E RAFA NEDDERMEYER/ABR

Ouvidos moucos. O prefeito tem resistido aos apelos de Lula para aceitar um vice petista

Ceciliano diz que "fazer média e querer ser Lula e Bolsonaro ao mesmo tempo" não vai dar certo. "A gente respeita e admira o Paes, é um excelente gestor, mas gato que se acha malandro demais e fica em cima do muro corre o risco de levar pedradas dos dois lados." Se desprezar o PT, diz, o prefeito perderá grande parte do voto progressista: "E nada garante que terá o voto bolsonarista que espera".

O raciocínio do secretário baseia-se no desempenho do deputado federal Alexandre Ramagem, pré-candidato do PL à prefeitura do Rio, na mesma pesquisa Quaest. Nela, o ex-delegado da Polícia Federal aparece com 11% das intenções de voto, índice que sobe para 28% quando associado a Bolsonaro: "Ramagem é desconhecido do eleitorado, mas tem como trunfo o apoio de Bolsonaro. De quem vo-

cê acha que ele tira voto? Pesquisas apontam que 32 % dos eleitores de Paes se dizem bolsonaristas. O prefeito, em seu terceiro mandato, é conhecido por todos. Já o Ramagem tem espaço para crescer. Paes aparecerá abaixo desses 51% logo, logo".

Com as relações políticas construídas nos anos em que foi deputado estadual e presidente da Alerj, Ceciliano é o nome preferido de Lula pelo trânsito com prefeitos e parlamentares de siglas como PP, Republicanos e União Brasil, entre outras. Além de ser um quadro petista com estofo para assumir a prefeitura do Rio daqui a dois anos, em caso de vitória de Paes para o Palácio Guanabara, o secretário é visto pela direção nacional do PT como o nome ideal para costurar novas alianças para a candidatura de Paes em 2026, pois o prefeito sempre teve dificuldades eleitorais fora da capital.

O próprio Ceciliano alerta que não são favas contadas na disputa pelo Governo do Estado: "Não acho tão simples o prefeito virar governador. Temos o exemplo de Cesar Maia, que saiu bem avaliado de três gestões na prefeitura, mas jamais conseguiu romper os limites da capital. Sem falar na possibilidade de eventuais fenômenos eleitorais, como, por exemplo, o ocorrido com Wilson Witzel em 2018".

Paes parece apostar no próprio Pedro Paulo para promover a aproximação com as legendas de centro e direita. Com o objetivo de cortar pela raiz os possíveis apoios a Ramagem, as conversas do deputado nas últimas semanas incluíram diversos dirigentes partidários regionais e até mesmo o governador Cláudio Castro, que integra o mesmo PL de Bolsonaro, mas tem se mostrado um bolsonarista vacilante.

Em todos os casos, o prefeito tem dito que não abre mão de indicar alguém de seu próprio grupo político para vice. Esse é seu maior problema, diz um petista cascudo que pede anonimato: "O Paes só cumpre o combinado com os seus, isto é sabido em todas as forças políticas. O PT não esquece o que ele fez quando era deputado federal tucano na época do mensalão. Nem que vendeu caro seu apoio a Lula nas últimas eleições, apoio anunciado após alguma hesitação e depois de ele dizer que o PT estava de salto alto. Não dá para confiar que um animal político tão escorregadio estará do lado da esquerda nem agora nem em 2026".

> O deputado federal Pedro Paulo, do PSD, é o preferido de Paes para o posto de vice

Apesar da pressão, o PT não quer emparedar Paes, ao menos por enquanto. Na terça-feira 25, o Diretório Estadual do partido aprovou nova resolução de apoio ao prefeito: "Entendemos que temos muito a avançar nas políticas públicas da cidade, principalmente na política urbana e no acesso das pessoas que estão mais distantes do centro. Hoje, Paes é o gestor que mais conhece e entrega na mobilidade, na cultura, no lazer e na saúde da cidade", afirma a vereadora Tainá de Paula, que já ocupou a Secretaria de Meio Ambiente e Clima na atual gestão municipal.

O apoio de Lula a Paes, acrescenta a parlamentar, é fundamental: "Estamos falando de um setor da sociedade que rechaça o discurso bolsonarista e aposta na democracia e na melhora da cidade através da formulação de políticas públicas". Tainá corre por fora como possível nome petista a integrar a chapa de Paes: "O PT na vice e, principalmente, representado por uma mulher de origem humilde, é a possibilidade de articular a defesa de um estado democrático com propostas que aprofundem o pacto com a população mais sofrida".

A disputa, como se vê, permanece em aberto. •



ZECA RIBEIRO/AG. CÂMARA

Movimento. O parlamentar busca aproximação com partidos de direita e do centro

MARIA RITA KEHL

Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo

Fundamentalismo hipócrita

▶ Aceito alegremente a pecha de pertencer à "extrema-esquerda abortista", se este for o preço a pagar por defender pautas justas e progressistas

Quando o muro separa, uma ponte une/ Se a vingança encara, o remorso pune/ Você vem me agarra, alguém vem me solta/ Você vai na marra, ela um dia volta/ E se a força é tua, ela um dia é nossa/ Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem chegando/ Que medo você tem de nós, olha aí
(**Pesadelo**, de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro)

Reacionários de todos os matizes tentam convencer os brasileiros, sobretudo aqueles inclinados a votar no presidente Lula, de que o projeto petista é de "extrema-esquerda". Quem, como eu, acompanhou Lula desde suas primeiras tentativas de se eleger presidente da República até sua primeira vitória, em 2002, deve lembrar-se do mal-estar gerado quando o então candidato lançou a *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual se comprometia, como um bom reformista, a renunciar à utopia socialista.

Naquele documento, ele reafirmou, entre outras coisas, o seu compromisso com o controle da inflação e o equilíbrio fiscal. Prometeu até preservar o superávit fiscal o quanto fosse necessário para reduzir a dívida pública. Durante seu governo, manteve intocadas as elevadas taxas de juro que faziam (e ainda fazem) a festa dos banqueiros e rentistas. Muitos reacionários também acompanharam a transformação de Lula, mas insistem em repetir a mentira do "extremismo de esquerda" por absoluta má-fé.

O projeto de governo parecia singelo quando o presidente definiu sua prioridade: "Que todo brasileiro tenha direito a café da manhã, almoço e jantar". Pois bem, nos seus dois primeiros mandatos presidenciais, Lula e sua equipe, com apoio maior ou menor do Congresso Nacional, conseguiram retirar o Brasil do vergonhoso Mapa da Fome da ONU. Um feito inédito.

Nem tudo o que Lula faz e diz é bem recebido, inclusive entre alguns eleitores da esquerda. A declaração de que o governo de Israel se porta, na Palestina, de forma análoga à conduta de Hitler com os judeus na primeira metade do século XX, foi considerada infame. Chegaram a propor o *impeachment* de Lula por ter dito essa verdade, que só não vê quem não quer.

Desde outubro do ano passado, a ofensiva israelense em Gaza deixou o tenebroso saldo de 37,4 mil mortos e 85,5 mil feridos, segundo um balanço divulgado, na sexta-feira 21, pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNWRA, *na sigla em inglês*). Dois terços das vítimas são mulheres e crianças. Mas o que despertou a "revolta" da direita foram as palavras de Lula. O pedido de *impeachment* só serviu ao propósito de dar mais munição ao chantagista presidente da Câmara, Arthur Lira.

A resiliência do presidente diante de um Congresso majoritariamente de direita e claramente hostil me impressiona. Aí é que se percebe a importância da reação popular contra as pautas reacionárias que a maior parte dos parlamentares está disposta a patrocinar. A presidente que foi mais longe em termos de um projeto libertário foi Dilma Rousseff, que conseguiu aprovar junto à Câmara dos Deputados, sem barganha, a criação da Comissão da Verdade. Hoje, sob a batuta sinistra de Lira, não teria conseguido.

Agora, diante do PL 1904/2024, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio, o presidente Lula volta a se debater com a tresloucada bancada fundamentalista no Congresso. Apelidado de "PL do Estupro", por prever até 20 anos de prisão à vítima de violência sexual que aborta tardiamente, o dobro da pena máxima prevista para o estuprador, o projeto parece fazer a direita salivar de prazer. O destino dos bebês cujas mães não são capazes de alimentá-los ou de abrigá-los a contento pouco interessa aos piedosos defensores de embriões.

A relação entre o "PL do Estupro" e outro tema tão diverso quanto a defesa, por parte da direita, do genocídio praticado por Israel contra o povo palestino, é que ambos os crimes (não sou juíza, mas tenho senso crítico e detesto hipocrisia) são apoiados ardorosamente por um grande número de brasileiros. Quanto a nós, contrários às duas pautas, somos chamados de "extrema-esquerda". Pior, de "extrema-esquerda abortista".

Aceito alegremente o epíteto, se este for o preço a pagar por apoiar as duas pautas justas e progressistas. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Abolição inconclusa

DIREITOS HUMANOS Após 16 anos, plano nacional para erradicar o trabalho escravo será atualizado

POR MARIANA SERAFINI

"Várias trabalhadoras domésticas resgatadas, por mais velhas que sejam, brincam com bonecas. Isso significa que elas nunca superaram a infância interrompida pelo trabalho escravo", revela Tatiana Leal Bivar Simonetti, procuradora do Ministério Público do Trabalho. Passados 136 anos da promulgação da Lei Áurea, o Brasil ainda não conseguiu se livrar dessa chaga. Somente no ano passado, 3.240 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão no País, número 57% superior ao de 2022. Grande parte das vítimas foi encontrada em grandes fazendas, trabalhando em atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Nas cidades, o famigerado "quartinho de empregada" representa uma atualização da senzala colonial.

Em processo de atualização pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) após 16 anos, o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo vai incluir o trabalho doméstico aviltado entre as práticas de escravidão contemporâneas a serem combatidas com prioridade pelas autoridades. Muitas das vítimas dessa forma de exploração nem sequer são capazes de identificar o regime de servidão a que estão submetidas. Afinal, "são quase da família", como costumam repetir os empregadores. "Como podem ser consideradas membros da família se são mantidas naquele quartinho escuro nos fundos da casa, sem acesso a escola, sem plano de saúde? Muitas vezes, elas não recebem nem sequer salários. Imagine os outros direitos que lhes são negados", lamenta Simonetti, vice-coordenadora do grupo de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas do MPT.

Pós-resgate. "O desafio é levar a pessoa de volta para casa em segurança, com condições que as protejam de aliciadores", afirma o secretário Bruno Teixeira





Normalmente oriundas de regiões interioranas de alta vulnerabilidade social, as domésticas resgatadas por vezes são entregues aos patrões pela própria família, na expectativa de que a então menina tenha acesso à educação formal e melhores oportunidades no futuro. "O que a gente identifica é que elas não têm vida social própria, não têm autonomia. Não sabem ler nem escrever. Algu-



ISTOCKPHOTO E CLARICE CASTRO/MDHC

mas são portadoras de deficiências físicas não tratadas, costumam ter uma dependência emocional gigantesca, porque elas não saem, não têm amigos, não têm namorado", observa a procuradora. "Não é só uma dependência financeira, é uma situação de completa submissão."

A nova versão do plano nacional está sendo construída em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, afirma Bruno Renato Teixeira, secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. "Com essa cooperação, temos acesso às melhores experiências do mundo no combate às formas contemporâneas de escravidão, ao que há de mais moderno hoje na relação entre capital e trabalho", diz. A missão de atualizar o documento de 2008 foi confiada a um grupo interministerial, com a participação de servidores das pastas da Justiça e do Trabalho, além de representantes de organizações da sociedade civil e do empresariado.

O aumento do número de trabalhadores resgatados é atribuído pelo gover-

A nova versão do documento está sendo elaborada em parceria com a OIT

no Lula ao fortalecimento da estrutura de fiscalização, que havia sido sucateada nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro. A procuradora Simonetti aponta, ainda, um amadurecimento do trabalho desenvolvido pela Polícia Federal, pelo Ministério do Trabalho e pelo próprio MPT. "Antes, nosso desafio era fazer um trabalho razoavelmente coordenado, distribuir as atribuições a cada núcleo competente. Avançamos muito nessa articulação e, hoje, conseguimos desenvolver grandes forças-tarefas."

Para Teixeira, o maior desafio é a prevenção. Isto é, evitar que pessoas em situação de vulnerabilidade social fiquem expostas ao assédio dos aliciadores de mão de obra escravizada, conhecidos como "gatos". Para isso, ressalta o secretário, é necessário fortalecer as políticas públicas nos territórios onde ocorre esse tipo de aliciamento: cidades muito pequenas do interior e municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano do País. "Na medida em que desenvolvemos um trabalho de educação sobre os direitos humanos nesses territórios, temos condições de instruir a população para que ela tenha condições de reagir a esse tipo de assédio, que ainda ocorre de forma tão sistemática em algumas regiões do Brasil."

O plano incluirá a servidão doméstica entre as formas de escravidão a serem combatidas com prioridade no País

O pós-resgate ainda é bastante desafiador, pois demanda um trabalho de muitas frentes para amparar a pessoa resgatada e garantir a ressocialização dela em seu lugar de origem. "O desafio é levar a pessoa de volta para casa em segurança, assegurando direitos e meios de sobrevivência que as protejam desse aliciamento brutal", diz Teixeira. Cabe à Defensoria Pública da União acionar uma ampla rede de proteção social, além de garantir reparações materiais e financeiras às vítimas. Um dos primeiros passos é incluí-las no Cadastro Único do governo federal, para que elas tenham acesso a programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.



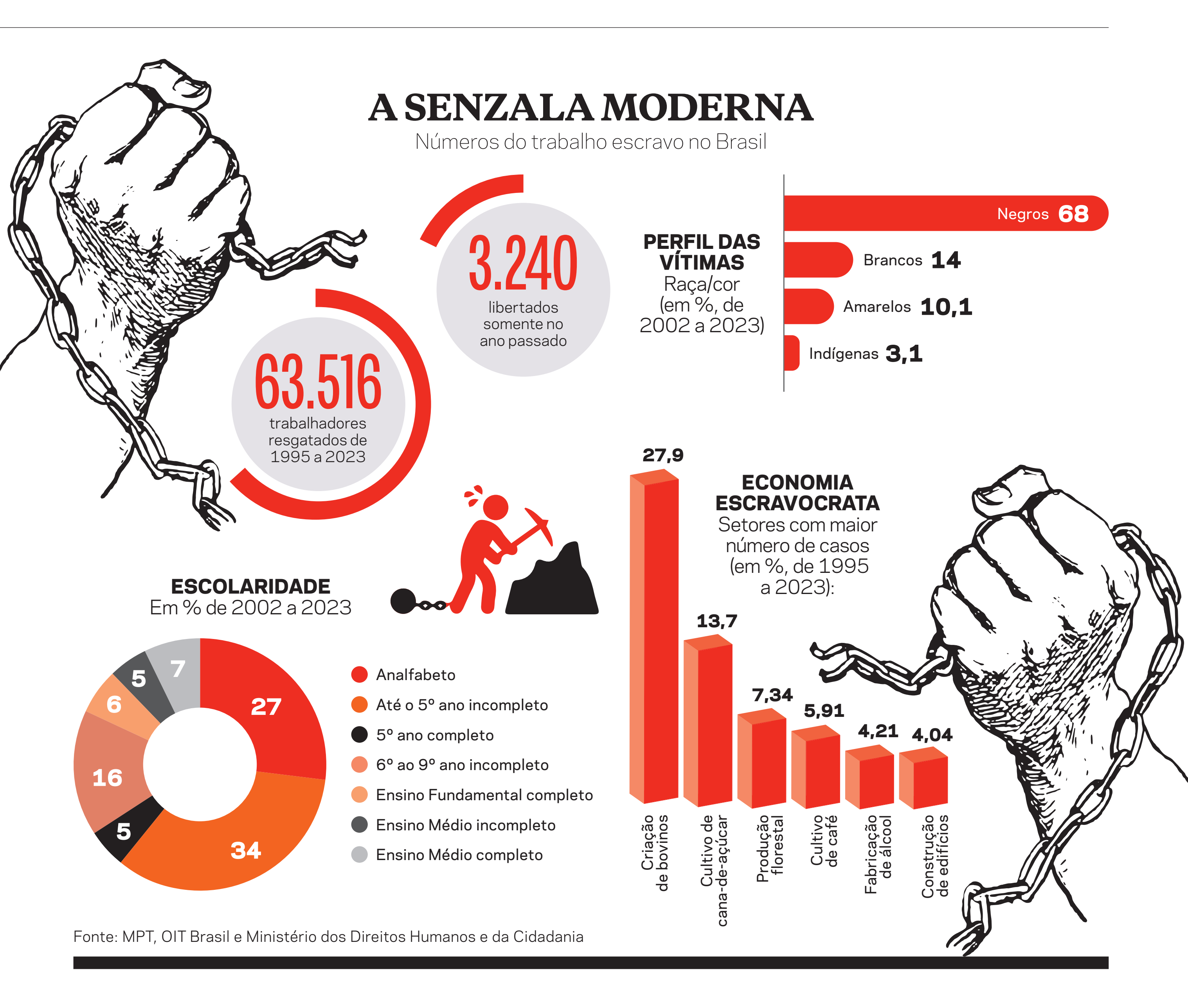
Quase da família... mas é parte da mobília, alerta a advogada Amarílis Costa

Apesar de todo o esforço para a reconstrução da vida de quem foi resgatado, o Estado ainda patina na punição aos escravocratas. É comum que os valores de multas e ressarcimentos sejam baixos e que ninguém seja responsabilizado no âmbito penal. Embora o artigo 149 do Código Penal preveja até oito anos de reclusão a quem reduzir uma pessoa à "condição análoga à de escravo", um terço dos indiciados nem sequer vai a julgamento e somente 6,3% dos réus são condenados definitivamente, atesta uma pesquisa da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG. Pior, apenas 1% dos acusados acaba sentenciado a mais de quatro anos de prisão e cumpre pena em regime fechado. Quando a pena é inferior a esse período, o condenado migra para o regime semiaberto e pode pleitear a prestação de serviços comunitários.

A advogada Amarílis Costa, coordenadora-executiva da Rede Liberdade, instituição que apoia trabalhadores resgatados, defende que a legislação precisa ser aperfeiçoada, para que seja possível punir os aliciadores. "Precisamos delimitar o tipo penal de forma clara, para que seja possível pegar esses caras, porque hoje isso não acontece. Os casos são tratados muito mais no âmbito administrativo do que na esfera criminal."

Costa relembra um caso descoberto em junho do ano passado. Sônia Maria de Jesus, hoje com 51 anos, é uma mulher negra, com restrições cognitivas, que foi resgatada em uma operação con-

REGINA ASSIS E ISTOCKPHOTO



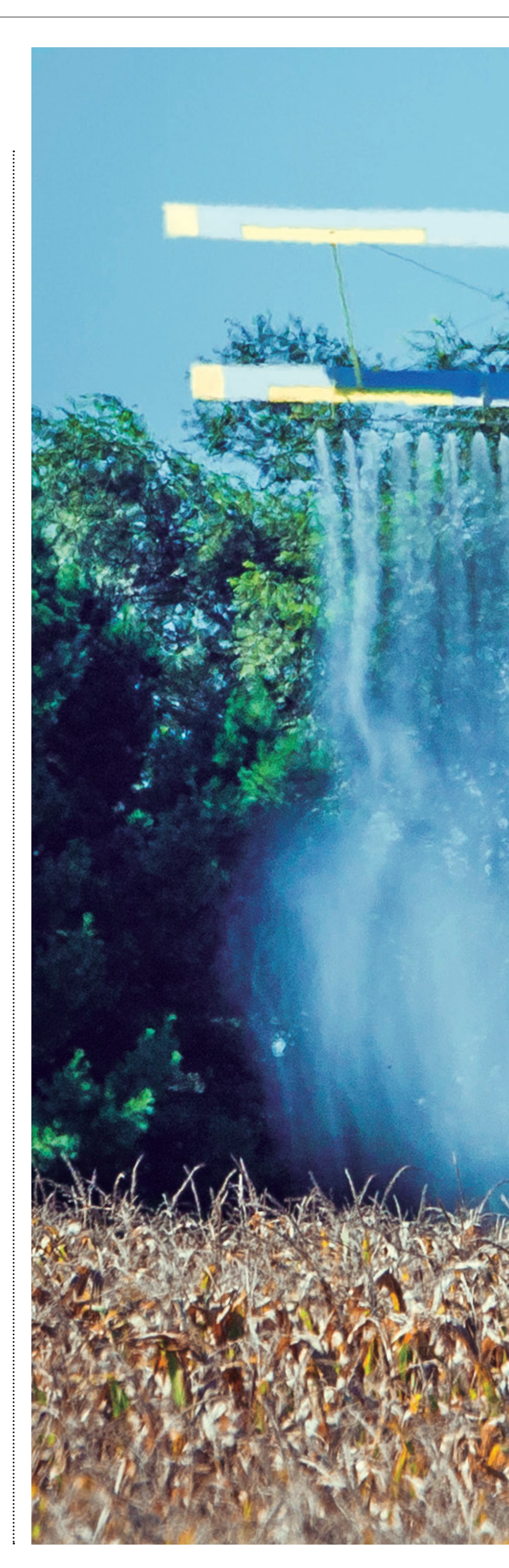
tra o trabalho escravo na casa do desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Jorge Luiz de Borba, em Florianópolis. Não se sabe ao certo com que idade ela começou a trabalhar para a família Borba, acredita-se que tenha sido ainda na adolescência. Sônia foi retirada de sua família biológica com 9 anos de idade, em Osasco, Região Metropolitana de São Paulo. A mãe dela, Deolina Ana de Jesus, passou a vida em busca da filha, e morreu em 2016 sem resposta.

Sônia é surda e nunca recebeu atendimento médico adequado, tampouco frequentou a escola. Com extrema dependência emocional e financeira dos patrões, ela não conseguiu se desvencilhar dos grilhões depois de ter sido resgatada, e foi devolvida pela própria Justiça à família Borba. O desembargador alega que a doméstica "faz parte da família" e que ele se considera seu "pai socioafetivo". Após o flagrante de trabalho escravo, decidiu adotá-la. "Que pai é esse que não manda o filho à escola? Todos os outros três filhos dele tiveram educação formal e são muito bem-sucedidos. A Sônia foram negados esses direitos. Quando essas famílias ricas dizem que a empregada é membro da família, na verdade, ela é parte da mobília. Trata-se de uma coisificação que acaba naturalizando que essa pessoa possa ser apartada de todos os seus direitos", explica Costa. Atualmente, os irmãos biológicos de Sônia tentam recuperar a guarda dela na Justiça. •

Risco terceirizado

ENTREVISTA Larissa Mies Bombardi propõe marco regulatório internacional para deter o avanço dos agrotóxicos no Sul Global

A RENÉ RUSCHEL



Professora licenciada da USP e hoje pesquisadora do Institut de Recherche pour le Développement, com sede em Paris, Larissa Mies Bombardi retornou ao Brasil para discutir a proposta de um marco regulatório internacional do uso de agrotóxicos durante uma conferência na Câmara dos Deputados, na quinta-feira 27. Autoexilada na Europa após receber ameaças por seu trabalho científico, a geógrafa observa que a União Europeia adota uma postura incoerente em relação ao tema. Baniu centenas de pesticidas, mas continua fabricando e exportando substâncias proibidas em seu território para países como o Brasil. Dessa forma, os prejuízos causados à saúde humana se concentram nas nações em desenvolvimento e com legislação mais permissiva. "É prioridade estabelecer regras internacionais que proíbam a comercialização e o uso desses produtos nocivos no Sul Global", sugere na entrevista a seguir.

CartaCapital: Quão descontrolado é o consumo de agrotóxicos no Brasil?
Larissa Mies Bombardi: Existe um abismo entre nós e os europeus em relação a esse tema. Na Europa, a venda de agrotóxicos caiu 3% nos últimos dez anos. No Brasil, verificamos um aumento de 78%. A América Latina é a porção do planeta com maior crescimento. Nos últimos anos, a alta foi de 143% e está relacionada com o papel que o Brasil exerce no consumo. No Sudeste Asiático, o aumento foi bem menor, de 28%.

CC: O que as pesquisas têm revelado sobre intoxicações por agrotóxicos?
LMB: Há um conjunto grande de pesquisas, tanto no Brasil quanto no exterior, a revelar graves consequências para a saúde humana, como malformação fetal, infertilidade, abortos espontâneos e Mal de Parkinson, entre outras. Esse quadro ocorre tanto pela manipulação dessas substâncias por trabalhadores rurais, quanto pela exposição crônica da população, pois mesmo pessoas não envolvidas diretamente no manuseio desses produtos podem intoxicar-se, inclusive bebês. São aquelas que moram próximo de áreas de uso intenso. Nos últimos dez anos, mais de 500 bebês foram diagnosticados com intoxicação. É preciso ressaltar, porém, que existe uma sub-

> "A União Europeia continua a **fabricar substâncias banidas** em seus territórios para **vender a países como o Brasil**", alerta



Pelo ar. O Ceará proibiu a pulverização aérea. A geógrafa se exilou na Europa após receber ameaças, inclusive de um piloto de avião agrícola

notificação enorme. Estima-se que, para cada caso notificado, há outros 50 que não chegaram ao conhecimento das autoridades sanitárias. Nessa proporção, imagina-se que em torno de 25 mil bebês foram contaminados nesse período. Outro dado relevante é que 20% dos intoxicados são crianças, adolescentes e jovens com idade entre 0 e 19 anos.

CC: Estudos científicos comprovam maior incidência de doenças em países que fazem uso intensivo de agrotóxicos?

LMB: Há o exemplo emblemático do uso do clordecona, pesticida proibido na França, mas muito usado na Martinica, departamento francês nas Antilhas. É curioso, pois a França permite o uso de agrotóxicos nocivos em territórios que deveriam obedecer às mesmas normas do país. Nessa ilha, o número de pacientes diagnosticados com câncer é extremamente elevado. Constata-se ainda maior incidência de Parkison, nascimentos pre-

ANA LA CORTE E PRESTON KERES/USDA

maturos e danos cerebrais. Na França, esses índices são bem menores.

CC: Mesmo com toda a subnotificação, o Ministério da Saúde informa que 14,5 mil brasileiros foram intoxicados por agrotóxicos entre 2019 e 2022. Como mitigar esse problema?

LMB: Além de um rígido controle por parte do Estado, as empresas devem ser responsabilizadas pelas substâncias que fabricam e vendem. No Brasil, não há uma fiscalização do uso de agrotóxicos, nem como eles são aplicados, sobretudo na pulverização aérea. Aliás, essa modalidade é uma das principais responsáveis pela contaminação ambiental. Outra questão é a falta de preparo dos agentes de saúde para identificar e lidar com esse tema. É preciso que haja capilaridade dos serviços de saúde, comprometimentos em diferentes níveis, tanto municipal e estadual quanto federal, e uma rede capaz de lidar com as populações expostas.

CC: Neste mesmo período foram liberadas 2.182 fórmulas de agrotóxicos, segundo o Ministério da Agricultura. Sabe-se que a força da bancada ruralista no Congresso exerce uma forte pressão. Com a atual correlação de forças na Câmara e no Senado, é possível vislumbrar alguma mudança?

> “Na Europa, a venda de agrotóxicos caiu 3% nos últimos dez anos. No Brasil, verificamos um aumento de 78%”

LMB: Além do enorme poder da bancada ruralista, há um forte *lobby* das indústrias de agroquímicos, mas acredito que existem alguns caminhos, especialmente em nível local. O Ceará proibiu, por exemplo, a pulverização aérea no estado. Nas eleições deste ano, os candidatos a prefeito e vereador deveriam incluir esse tema no debate eleitoral. Acho fundamental envolver a população nessa discussão. Assim, quem sabe, esse processo de conscientização possa refletir-se na escolha do novo Congresso, em 2026.



Perigo. Agricultores e moradores de áreas próximas das lavouras estão mais expostos

CC: Em 2019, a senhora lançou na Alemanha a versão em inglês de seu livro *Atlas: Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. Qual foi o impacto desse estudo na Europa?

LMB: Inicialmente, a maior rede escandinava de produtos orgânicos decidiu boicotar itens brasileiros. A Comunidade Europeia também foi tocada por solidariedade, em razão do grau de exposição e intoxicação da população brasileira. Entidades da sociedade civil organizada têm provocado muitos debates acerca do tema, inclusive para expor a incoerência da própria União Europeia, que continua a fabricar substâncias proibidas em seus próprios territórios para vender a países como o Brasil. O *Atlas* teve essa potência de abrir os olhos e jogar luz sobre esse tema na Europa.

CC: No fim de 2023, a senhora lançou novo livro, *Agrotóxicos e Colonialismo Químico*. O que mudou entre a primeira e a segunda obra?

LMB: Tudo piorou. Quase dobrou a população intoxicada por agrotóxicos. O número de bebês afetados também aumentou. Não tivemos avanços.

CC: Por que a senhora decidiu sair do País e autoexilar-se na Europa?

LMB: Saí por segurança minha e dos meus filhos. Sofri muitas ameaças. Logo após uma entrevista, recebi um *e-mail* de uma pessoa que se identificava como piloto, dizendo que, caso eu continuasse dando entrevistas com críticas à aviação agrícola, ele iria me mostrar “o que é segurança”. Mas o pior aconteceu em agosto de 2020, quando minha casa foi invadida, em uma clara tentativa de me assustar e fazer terror psicológico. Após três anos, esta é a primeira vez que volto ao Brasil.

CC: O uso do agrotóxico também está associado ao desmatamento?

LMB: Sim. Tenho mapas da Amazônia



Protecionismo. Produtores europeus citam o uso indiscriminado de pesticidas para exigir barreiras comerciais aos produtos brasileiros

JEUNES AGRICULTEURS E ISTOCKPHOTO

brasileira que mostram isso de maneira clara. Em um deles aponto os municípios com maior crescimento do desmatamento. Em outro indico aqueles com alto consumo de agrotóxicos. Quando os mapas são sobrepostos, fica evidente a correlação espacial. Hoje temos uma devastação física por meio das queimadas e do desmatamento e uma devastação química pelo uso dos agrotóxicos.

CC: A senhora voltou ao Brasil para falar sobre a necessidade de um marco regulatório internacional. O que pode ser feito?

LMB: Não existe uma regulação internacional específica para agrotóxicos. Existem três convenções internacionais – a de Basel, na Suíça, a de Roterdã, na Holanda, e a de Estocolmo, na Suécia – sobre substâncias tóxicas. Os agrotóxicos são uma parte delas. Dezesseis substâncias foram banidas no Brasil a partir dessas convenções, mas a União Europeia, que tem uma legislação própria e mais restrita, já proibiu 269 delas. Ainda assim, a UE vende substâncias que foram banidas na Europa – algumas cancerígenas, outras que provocam malformação fetal, por exemplo – para países como o Brasil. Esse modelo de agricultura é insustentável, baseado em intensivo uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. O que a gente quer, como meta final, é a eliminação programada dessas substâncias. Ao trilhar esse caminho, é possível estabelecer padrões mais igualitários para o mundo inteiro.

CC: Poderia dar algum exemplo?

LMB: O glifosato é o agrotóxico mais vendido no Brasil. Um de seus resíduos está presente na água potável em doses 5 mil vezes maior do que o permitido na UE. É uma insanidade. Por força de uma convenção, quando o Brasil ou qualquer outro país importa uma substância proibida na UE, ele, o importador, precisa declarar sua anuência. Ou seja, precisa dizer: “Eu sei que é proibido e mesmo assim vou comprar”. Isso tem servido para que os países europeus continuem exportando substâncias que não querem em seu próprio território, mas eles dizem: “Não estamos fazendo nada de ilegal”. Na prática, essas convenções acabam protegendo interesses que são desumanos. •

Esquerda unida

FRANÇA Será a Nova Frente Popular capaz de conter o avanço da extrema-direita?

POR SERGIO LIRIO



Na memória histórica de um dos períodos mais favoráveis aos *citoyens* assenta-se a esperança de virada da esquerda francesa nas eleições legislativas do domingo 30. Em 1936, uma inédita aliança de socialistas, radicais e comunistas, batizada de Frente Popular, derrotou a direita e conduziu o país à modernidade. Léon Blum tornou-se o primeiro judeu socialista a ocupar o cargo de *premier* e havia três mulheres no ministério. O mandato garantiu o direito à sindicalização, 15% de reajuste salarial, jornada de trabalho de 40 horas semanais, a inserção feminina no mercado e a educação obrigatória até os 14 anos de idade, entre outros avanços sociais. Quase 90 anos depois, a Nova Frente Popular, que congrega todas as correntes progressistas relevantes e vai além do arranjo eleitoral de 2022, apresenta aos eleitores propostas tão ousadas quanto aquelas consumadas no programa de governo de Blum. Não por coincidência, a frente é uma reação ao mesmo perigo. Àquela altura do século passado, a "cadela do fascismo estava no cio", como definiu Bertolt Brecht. Agora, voltou a estar. No próximo domingo, a segunda maior economia do continente, caso as pesquisas se confirmem, estará diante de dois cenários temerários: um vácuo de poder ou, pior, uma imprevisível coabitação entre o presidente liberal Emmanuel Macron e um primeiro-ministro de extrema-direita, provavelmente Jordan Bardella, jovem pupilo de Marine Le Pen.

Ainda assim, a esperança dos democratas e progressistas não morreu. Os últimos dias de campanha têm sido intensos e a Nova Frente Popular sonha em reduzir a diferença nas sondagens. Segundo o mais recente levantamento, a Reunião Nacional, de Le Pen, soma 36% das intenções de voto, contra 27% da NFP e 20% do Renascimento, legenda de Macron. Entre as propostas da esquerda para convencer parte dos franceses a abandonar as promessas fáceis e ilusórias do extremismo de direita estão a revogação da reforma da previdência imposta por Macron, que elevou a 64 anos a idade mínima de aposentadoria, um salário mínimo líquido de 1,6 mil euros, investimentos na recuperação dos serviços públicos, medidas consistentes de transição ecológica e o aumento da tributação dos mais ricos, a começar pela ampliação dos escalões do Imposto de Renda dos atuais 6 para 14. "A ideia da Nova Frente Popular é mais ampla do que a simples união das esquerdas", descreve Silvia Capanema, professora da Sorbonne Paris Nord e conselheira departamental, cargo semelhante ao de vereadora, de Seine-Saint-Denis pelo "França Insubmissa", movimento liderado por Jean-Luc Mélenchon, um dos expoentes da aliança. "Espero que ela seja central em uma retomada da esquer-

> A aliança busca reeditar uma bem-sucedida experiência dos anos 30 do século passado

INÊS 249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 42
The Observer.
Os evangélicos ungem Donald Trump





BERTRAND GUAY/AFP, REDES SOCIAIS E SYLVAIN THOMAS/AFP

Arena. Mélenchon foi aconselhado a ficar quieto. Macron anuncia o apocalipse. Le Pen, o real apocalipse, espera

da no país, uma ruptura com as normas neoliberais em relação às quais o campo progressista se acomodou ao governar, o que provocou a descrença da população e o crescimento da extrema-direita."

Falta, porém, uma dose de *fraternité* na campanha da NFP. A disputa de egos e de poder é, em certa medida, o principal obstáculo para a indicação prévia de um primeiro-ministro em caso de vitória. Há também a estratégia de evitar de antemão nomes "controversos" e concentrar os esforços na defesa das medidas que compõem o eixo do programa de governo. No primeiro debate televisivo, na terça-feira 25, a NFP foi representada pelo deputado Manuel Bompard, que enfrentou o atual *premier* Gabriel Attal, correligionário de Macron e candidato à reeleição, e Bardella. Em uma entrevista ao canal France 2, dias antes, Mélenchon, cujas propostas formam a base do programa da NFP, causou, no entanto, incômodo na aliança ao se apresentar como alternativa. "Desde o início houve um mal-entendido absoluto. E muito ciúme e muitas ambições, isso é normal. Perguntaram-me: 'Você vai ser primeiro-ministro?' Eu disse: 'Não estou eliminando'. Mas não estou me impondo. Admito que talvez não esteja em má situação para exercer essa função, mas não sou candidato a nada."

As reações não tardaram. A mais incisiva partiu do ex-presidente socialista François Hollande, que sugeriu ao aliado "ficar calado" para não incitar a "rejeição" dos moderados de tendência progressista. "Mélenchon não é o líder da Nova Frente Popular e não será primeiro-ministro", enfatizou Marine Tondelier, representante dos ecologistas. Mélenchon é normalmente descrito como uma figura "controversa" e "radical", apesar de sua demonização resultar menos de suas ideias e mais da forma como é retratado por grande parte da mídia e da direita. Exemplo: por criticar o massacre de Israel na Faixa de Gaza e defender a criação do Estado palestino, é acusado de antissemitismo.



Barreira. A aliança à esquerda tenta evitar que, de tanto bater, a extrema-direita fure o bloqueio e tome o poder

Coadjuvante na eleição que tirou da aba do colete, Macron trocou uma calculada moderação pelo populismo retórico. Na segunda-feira 24, na típica lengalenga da "terceira via", o presidente disse temer uma "guerra civil" se um dos "extremos" vier a conquistar maioria no futuro Parlamento. Embora, vez ou outra, atire para todos os lados, como na declaração anterior, o "centrista" prefere atacar a NFP e não se sente constrangido em resvalar no preconceito. Macron acusou a esquerda de propor "a abolição de todas as leis que controlam a imigração" e "coisas absurdas, como fazer uma mudança de sexo na prefeitura", um ataque à medida que prevê a gratuidade na mudança do registro civil para transgêneros. "Ele prefere a vitória da Reunião Nacional", afirma Capanema. "Provavelmente, por duas razões: sente-se melhor em duelar até 2027 com Le Pen, por saber que a esquerda vota em qualquer coisa para evitar a extrema-direita. E pelo fato de o programa da RN ser mais próximo do seu, ou seja, não mexe nas bases sociais da austeridade, do neoliberalismo etc."

Existe uma possibilidade razoável de as eleições em dois turnos – um segundo *round* acontece em 7 de julho nos círculos onde candidatos não obtiverem a maioria dos votos – levarem a um impasse. Confiante em uma vantagem expressiva, Bardella tem rejeitado a hipótese de formar um governo sem a maioria absoluta no Parlamento, ao menos 289 deputados. Pelo sim, pelo não, o extremista de 28 anos, apelidado de "Mr. Selfie", optou por vestir a pele de cordeiro na reta final da campanha. "Quero reconciliar os franceses e ser o primeiro-ministro de todos os franceses, sem qualquer distinção", afirmou ao *Journal du Dimanche*.

Macron tornou-se coadjuvante na eleição que tirou da cartola

Quem se engana? Enquanto Bardella fazia o apelo à (re)união nacional, um candidato regional da legenda xenófoba e racista contratava um *outdoor* com a seguinte mensagem: Está na hora da França criar mais oportunidades para as "crianças brancas".

No outro espectro político, os obstáculos são parecidos. É improvável uma aliança entre a Nova Frente Popular e o Renascimento de Macron, destinado à irrelevância política se a derrota nas urnas tiver os contornos desenhados pelas pesquisas de opinião. Preocupados com a instabilidade social até as eleições presidenciais daqui a três anos, 170 diplomatas e ex-diplomatas publicaram uma carta no jornal *Le Monde*, na qual apontam os riscos de uma vitória do RN enfraquecer a França e a Europa no momento em que "a guerra está ao nosso lado", alusão à mútua simpatia entre Le Pen e Vladimir Putin.

Há ainda quem proponha um governo de tecnocratas sustentado por diferentes forças partidárias, nos moldes da solução "Mario Draghi" adotada pela Itália antes da vitória de Giorgia Meloni. "Uma das hipóteses poderia ser nomear uma equipe de especialistas capaz de permanecer no poder por um ano ou mais", afirmou o acadêmico Eric Landot em entrevista ao *site* Politico. Um dos nomes frequentemente citados pelos defensores da solução, não descartada por Macron, é o de Christine Lagarde, atual presidente do Banco Central Europeu e ex-diretora-geral do Fundo Monetário Internacional. Ao mesmo *site*, Lauréline Fontaine, professora de Direito Constitucional, minimizou, no entanto, a alternativa. "A França não pratica governos de coligação, a menos que todos os partidos estejam do mesmo lado do espectro político."

Nos últimos anos, as barreiras de contenção da extrema-direita foram, pouco a pouco, postas abaixo na União Europeia. Os eleitores franceses dirão no domingo 30 se o avanço dos liderados por Le Pen na disputa pelas vagas no Parlamento Europeu foi um surto passageiro, um mero recado ao *establishment*, ou se o sistema de defesa da sociedade equivale, a esta altura, à Linha Maginot. •

SAMEER AL-DOUMY/AFP

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Autoritarismos

▶ O avanço da extrema-direita incorpora um novo modelo de esvaziamento do ideário democrático e do sistema de proteção dos direitos

Pesquisas estimam 35% dos votos para a extrema-direita nas eleições francesas marcadas para o domingo 30, após o presidente Emmanuel Macron dissolver a Assembleia Nacional e convocar um sufrágio legislativo antecipado, em razão do baixo desempenho do seu partido na votação para o Parlamento Europeu.

Nos Estados Unidos, o trumpismo tem mostrado força, apesar da fatídica invasão ao Capitólio e da condenação criminal de Donald Trump. Na América Latina, a ascensão de Javier Milei na Argentina é apenas uma demonstração da crescente força da extrema-direita na região.

Referidos exemplos nos levam a alertar para o fato de a operacionalização de governos autoritários ocorrer, na contemporaneidade, por meio de uma relação parasitária com a lógica democrática, da aparência de respeito às instituições, à democracia e ao Estado de Direito. Ao contrário da brusca interrupção do Estado democrático para a instauração de um Estado de exceção, convivem um Estado Democrático de Direito subvertido, que se realiza apenas abstratamente, e um Estado de exceção que, mesmo lastreado em técnica de governança permanente de exceção, não se assume como tal.

Por essas razões, o avanço da extrema-direita no mundo causa grande preocupação. Estamos diante de inovadoras manifestações de esvaziamento do ideário democrático e do sistema de proteção dos direitos.

Com efeito, uma das características do contemporâneo autoritarismo está, ao invés da interrupção do Estado Democrático de Direito pela instauração de um Estado totalitário, na inserção de mecanismos típicos da exceção no interior da rotina democrática. Tais mecanismos hospedam-se na estrutura estatal na forma de um autoritarismo líquido que convive com medidas democráticas.

O autoritarismo líquido, tanto quanto o adensamento típico do Estado autoritário, é nefasto. Confere ao Estado um poderio que, diluído na rotina democrática, enfraquece os mecanismos de controle social do poder, bem como da sua instrumentalidade.

Diante do quadro de recrudescimento das investidas contra a democracia e contra os direitos, isso por meio de medidas de exceção típicas do que chamamos de autoritarismo líquido, ainda que substancialmente adensadas, nossa grande tarefa é garantir a consolidação e a efetividade da democracia e dos direitos.

Mais especificamente, hoje em dia nos deparamos com perfis distintos de autoritarismo. Por inexistir uma declaração de suspensão de direitos, há uma liquidez. As medidas de exceção são fragmentárias no sistema e convivem com medidas democráticas. Os direitos são suspensos de fato e de forma fraudulenta e não de forma declarada.

O enfrentamento do autoritarismo líquido, assim intitulado por não se assumir como tal, não ser uniforme e minar, em intensidades variadas, os âmbitos da vida democrática, impõe aprofundada análise dos fatores de desestabilização e de subversão dos direitos fundamentais e da democracia. A premissa essencial é a de que os mais recentes mecanismos de exceção possuem uma lógica distinta dos Estados totalitários de outrora. Consoante acurada análise de Ernst Fraenkel do totalitarismo do século XX, a emergência do por ele intitulado Estado dual pressupunha a coexistência de Estado-norma e de um Estado de prerrogativas: de um lado, normas relativas às relações privadas e ao sistema de Justiça visavam, essencialmente, garantir previsibilidade e continuidade do sistema capitalista, ao passo que, no campo dos direitos fundamentais, prevalecia a exceção pela suspensão do Direito e da Constituição.

A história humana não ocorre por intermédio de fases estanques, como às vezes a descrição didática em períodos transparece ao inadvertido. Ao contrário, ela se revela por processos complexos, nos quais elementos de conformação política e social do período anterior podem ser – e comumente são – identificados nos subsequentes. Inexistem, inclusive, garantias contra retrocessos e involuções civilizatórias. Só há ordem na mera descrição histórica, bem como nas tentativas de sua compreensão pelos manuais escolares. Na história vivida prevalece o caos.

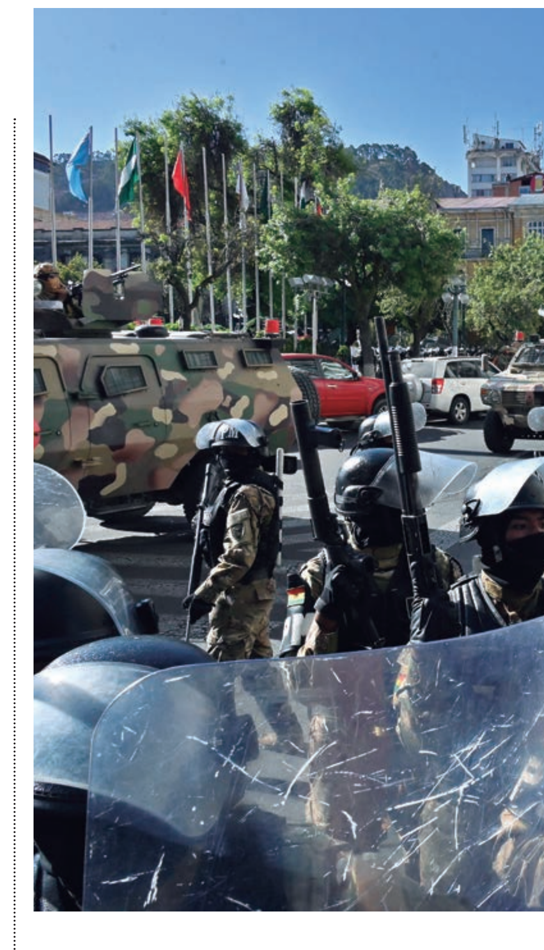
O avanço do extremismo no mundo nos causa grande preocupação. Medo, ódio, ressentimento, decepção e angústia têm sido capturados por meio de narrativas pretensamente racionais e legitimadoras da imposição de mecanismos de segregação e violência. O efeito para a vida em comunidade é devastador. A fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade requer incondicional compromisso no enfrentamento ao autoritarismo. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

A mando de quem?

BOLÍVIA A canhestra tentativa de golpe expõe as lutas intestinas pelo poder



Não foi um arremedo de golpe ao estilo "um cabo e um soldado", mas quase. Depois de posicionar dois tanques e alguns soldados na Plaza Murillo, no coração da capital La Paz, o general Juan José Zúñiga usou um blindado para forçar a entrada no palácio do governo. Caminhou poucos metros até se deparar com o presidente Luis Arce, que instantes antes havia denunciado "manobras irregulares do Exército" e conclamado a população a resistir a uma eventual tentativa de golpe. Com o dedo em riste, o mandatário exigiu o fim do cerco. "Sou seu comandante e ordeno que retire seus soldados, não permitirei essa insubordinação." Afastado do comando do Exército no dia anterior, Zúñiga não atendeu ao ultimato imediatamente, tampouco ousou apontar fuzis contra o presidente. Só bateu em retirada horas depois, quando o novo comandante, Sánchez Velásquez, nomeado no calor dos acontecimentos, pediu ao insubordinado para evitar um "derramamento de sangue" de colegas de farda.

A surreal quartelada durou poucas horas. A compreensão dos fatos continua, porém, nebulosa. O cerco mambembe ao palácio foi o ápice da escalada retórica de Zúñiga. Apelidado de "general do povo", pela proximidade com sindicatos e trabalhadores da mineração, o militar incumbiu-se da missão de salvar a democracia e libertar os "presos políticos", em outras palavras, os golpistas de 2019 condenados pela Justiça. "Vamos recuperar esta pátria", declarou durante o bloqueio à Plaza Murillo. "Aqui estão as forças armadas com sua gente. Donos do Estado, os vândalos estão nas diferentes estruturas, destruindo o país." Preso ao cair da noite, o general lançou uma suspeita em relação a Arce. Tudo não passaria de um autogolpe, acusou. "No domingo, na Escola La Salle, me encontrei com o presidente e o presidente me disse que 'a situação está muito complicada, esta semana vai ser crítica. Portanto, é necessário preparar algo para aumentar a minha popularidade'."

A acusação parece estapafúrdia, mas tem sido alimentada pela oposição à esquerda, enredada em uma disputa fratricida. Eleito com o apoio de Evo Morales, Arce voltou-se contra o criador. Ao anunciar a intenção de disputar a reeleição, foi acusado de deslealdade ao antigo padrinho político, que tem planos de concorrer ao terceiro mandato presidencial, possibilidade vedada pela Constituição de 2009. A crescente rivalidade entre os dois rachou o Movimento ao Socialismo (MAS), maior partido do país. Aliados de Morales no Congresso passaram a boicotar os projetos do governo, incluídos aqueles destinados a reerguer a economia, abalada pela escassez de combustíveis, falta de dólares e queda nas exportações. A redução nos investimentos em infraestrutura tem obrigado a Bolívia a importar bens que antes produzia para abastecer o mercado doméstico ou até fornecia a outros países, casos da gasolina, diesel e gás de cozinha. Por escassez de divisas, a moeda local, o boliviano, sofreu forte desvalorização perante o dólar, levando a uma corrida bancária e cambial. A despeito do cenário adverso, há leves sinais de melhora. No ano passado, o PIB cresceu 3%.

O general Zúñiga é um lobo solitário ou integra uma trama maior?

O episódio provocou, no entanto, uma inesperada união de forças. Para angariar simpatia, Zúñiga prometeu a libertação de Jeanine Áñez e Luis Fernando Camacho, principais líderes civis do







Pela raiz. Arce agradece o apoio popular após o fracasso do golpe. Zúñiga, o conspirador, acabou preso

golpe de 2019. Se esperava contar com o apoio da oposição, deu com as lhamas n'água. "Repudio completamente a mobilização militar que tenta subverter a ordem constitucional. Arce e Evo devem ser removidos por meio do voto em 2025. Nós, bolivianos, defenderemos a democracia", escreveu Áñez nas redes sociais. "Devemos respeitar o voto popular e qualquer ação contra ele é ilegal e inconstitucional", acrescentou Camacho, ex-governador da província de Santa Cruz.

A reação da comunidade internacional ao cerco militar também foi rápida. O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, rechaçou o golpe e convidou "todo o povo boliviano à resistência democrática". Os EUA disseram "monitorar de perto" a situação e pediram "calma e contenção". O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, condenou "qualquer tentativa de romper a ordem constitucional". Luis Lacalle-Pou, o liberal presidente do Uruguai, disse condenar "energicamente" a quartelada e expressou "solidariedade ao governo legítimo" de Arce. O outrora golpista Luis Almagro, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, desta vez defendeu a legalidade. A OEA "não tolerará qualquer forma de quebra da ordem constitucional legítima na Bolívia, nem em qualquer outro lugar". A líder hondurenha Xiomara Castro, presidente temporária da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, conhecida pela sigla Celac, convocou uma reunião "emergencial" para discutir o "golpe de Estado". Lula, por sua vez, usou as redes sociais para repudiar a intentona: "A posição do Brasil é clara. Sou um amante da democracia e quero que ela prevaleça em toda a América Latina. Condenamos qualquer forma de golpe de Estado na Bolívia e reafirmamos nosso compromisso com o povo e a democracia no país irmão".

Zúñiga contou com o auxílio do comandante da Marinha, Juan Arnez Salvador, também preso na noite da quarta-feira 26. "Os dois conspiradores golpistas militares tentaram destruir a democracia e as instituições e falharam", afirmou o ministro de Governo, Eduardo del Castillo. A população tomou as ruas de La Paz em defesa da democracia e Arce, tudo indica, sai fortalecido do episódio. Ao menos por enquanto. •

- por Rodrigo Martins e Sergio Lirio

AIZAR RALDES/AFP E POLÍCIA BOLIVIANA/FELCC

A nova cruzada

TheObserver A direita religiosa dos EUA prepara uma agenda radical em caso de vitória de Donald Trump

POR DAVID SMITH, DE WASHINGTON

O exército de Deus está em marcha. E muitos de seus soldados usam símbolos do "Faça a América grande novamente" (MAGA na sigla em inglês), sentindo que seu improvável porta-estandarte, o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, está mais uma vez perto da terra prometida. "Não acredito que a América possa sobreviver a mais quatro anos de Joe Biden", disparou Ralph Reed, fundador e presidente da Faith & Freedom Coalition (Coalizão Fé e Liberdade), durante um encontro da direita religiosa em Washington, na sexta-feira 21. "Não me sinto assim desde que Jimmy Carter era presidente." O público caiu na gargalhada.

Reed e sua equipe prometeram bater em 10 milhões de portas de eleitores cristãos e conservadores em todos os estados decisivos, fazer 10 milhões de ligações telefônicas, enviar 25 milhões de mensagens de texto e colocar 30 milhões de guias eleitorais em 113 mil igrejas, na "maior participação de eleitores cristãos na história norte-americana". O resultado da eleição será claro, acrescentou. "Desta vez não haverá necessidade de nenhuma ação judicial. Não teremos de ir ao tribunal nem esperar até as duas e meia da manhã para Donald Trump declarar a vitória. Ele fará isso às 9 da noite."

Com Trump à frente de Biden em muitas pesquisas em estados indecisos, os eleitores da direita religiosa farejam uma oportunidade histórica para impor uma agenda radical que poderia proibir o aborto em todo o país, restringir os direitos LGBTQ+ e confundir a separação entre Igreja e Estado. Na conferência da sexta-feira 21, todos os oradores a pintaram como uma cruzada justa e a única forma de resistir à onda de secularismo liberal que varre os Estados Unidos.



Domínio. Reed promete uma campanha maciça para tirar Biden da Casa Branca

JIM WATSON/AFP E CHRIS KLEPONIS/AFP

Ben Carson, ex-secretário de Habitação no governo Trump, elogiou o estado da Louisiana, dominado pelos republicanos, por ser o primeiro a exigir que os Dez Mandamentos cristãos sejam exibidos em todas as salas de aula nas escolas públicas. "Vocês não estão felizes porque ontem o governador da Louisiana assinou a lei, colocou os Dez Mandamentos de volta nas escolas?", afirmou, sob aplausos, antes de alertar a respeito de um projeto comunista de 60 anos para mudar os EUA, dominando escolas, igrejas e Hollywood e removendo Deus da praça pública.

Josh Hawley, senador republicano pelo Missouri, "denunciou" uma "agenda antirreligiosa radical" que assola o país. E disse: "Quem está dividindo a América é a esquerda radical, e é por isso que eu digo a vocês que não precisamos de menos influência cristã na nossa sociedade, não precisamos de menos testemunho cristão na nossa sociedade. Precisamos de mais em todas as partes do governo, em todas as partes da sociedade". Diante dos gritos de aprovação do público, Hawley acrescentou: "Devemos tirar a bandeira do Orgulho das escolas e colocar a Bíblia de volta. Querem saber? Devemos retirar a bandeira *trans* de todos os edifícios federais e escrever sobre todos os edifícios federais da América as palavras 'Em Deus confiamos'. Nós confiamos em Deus. Amém".

A formulação de "uma eleição do Armagedom", em que a própria verdade religiosa está em jogo, com a vitória a representar a providência divina e a derrota, uma catástrofe total, foi cristalizada por Monica Crowley, comentarista política de direita e ex-secretária-adjunta do Tesouro. Crowley descreveu as eleições como um "momento decisivo" comparável à revolução norte-americana, à Guerra Civil, à Segun-

INÊS 249



Cordeiro. Trump é um "pecador", mas os evangélicos se acham no dever de perdoar os pecados do magnata

da Guerra Mundial e aos ataques terroristas de 11 de setembro. Falou em uma “guerra” contra “o inimigo interno” que passou quase meio século “se infiltrando, minando e destruindo” os EUA com “filosofias ímpias”. Ela lamentou o fato de Hollywood não produzir mais “filmes patrióticos” como aqueles de John Wayne e, extraordinariamente, defendeu a caça às “bruxas comunistas” da década de 1950. “O senador Joe McCarthy estava certo, e tentou tocar o alarme na década de 1950 sobre a infiltração comunista em nosso governo e o mesmo estado profundo que agora persegue Donald Trump”, disse. “O mesmo estado profundo que removeu Richard Nixon, o mesmo estado profundo que perseguiu Ronald Reagan e qualquer outro que os enfrentasse. Esse estado profundo tornou-se muito insidioso e, na década de 1950, difamou e atacou Joe McCarthy por falar a verdade sobre o comunismo ímpio nos próprios corredores do nosso governo.”

Notavelmente, pouco foi dito pelos 12 oradores principais sobre o aborto, uma granada política para a qual os republicanos têm lutado para encontrar uma mensagem coerente desde que a Suprema Corte anulou o precedente histórico Roe *vs*. Wade, há dois anos.



O pacto dos conservadores religiosos com Trump parece manter-se. Alguns estavam céticos em relação ao astro de *reality shows* que se casou três vezes quando ele concorreu pela primeira vez à Presidência, em 2016, mas as preocupações foram amenizadas por seu companheiro de chapa, o cristão evangélico renascido Mike Pence, e por um governo em que ele deslocou o Judiciário para a direita. Nem mesmo a condenação em Nova York, no mês passado, por 34 acusações criminais num julgamento que envolveu pagamentos clandestinos a uma estrela de filmes eróticos, abalou seu controle sobre esse eleitorado. Muitos daqueles que se queixam de que sua própria fé está sitiada o consideram um instrumento contundente para combater a esquerda radical. Muitas vezes racionalizam seu voto ao dizer que escolhem um presidente, não um pastor. Alguns evangélicos o comparam ao rei persa Ciro, o Grande, que, segundo a Bíblia, permitiu aos judeus regressarem a Israel do exílio na Babilônia.

> “Devemos tirar a bandeira do Orgulho das escolas e colocar a Bíblia de volta”, discursou o senador Josh Hawley

Robert P. Jones, presidente e fundador do grupo de pensadores Public Religion Research Institute, em Washington, escreveu recentemente na plataforma Substack: “A transformação de Trump de um ser humano em símbolo é a chave para se compreender o poder do movimento MAGA e a lógica interna do mundo de cabeça para baixo, onde um veredicto unânime de culpado num julgamento justo resulta em apoio solidificado, arrecadação de fundos recorde e defesas cristãs desesperadas de um criminoso condenado”.

O presumível candidato republicano explorou esse estatuto totêmico. No iní-



GAGE SKIDMORE E GIORGIO VIERA/AFP

cio deste ano, lançou sua própria marca de Bíblias, vendidas por 59,99 dólares cada uma. Durante o julgamento, compartilhou postagens nas redes sociais nas quais se comparava a Jesus Cristo.

Na conferência política Road to Majority (Caminho para a Maioria) da sexta-feira 21, não era raro ouvir falar no Todo-Poderoso e em Trump ao mesmo tempo. Crowley justificou: "Temos em Donald Trump um líder destemido. Fizeram o que puderam contra esse homem durante nove anos e não conseguem acreditar que ele continua de pé. A mão de Deus". Kari Lake, candidata ao Senado no Arizona, reforçou: "Temos que trazê-lo de volta à nossa cultura, às nossas vidas, aos nossos corações e almas. E depois também vamos trabalhar para trazer Donald J. Trump de volta em 5 de novembro".



Perseguidos? Segundo o senador Hawley, está em curso nos EUA uma agenda antirreligiosa promovida pela esquerda. Os trumpistas dizem "amém"

No luxuoso hotel em Washington sede da conferência, havia vendedores de mercadorias da MAGA, recortes de papelão em tamanho real de Trump e uma área na qual os participantes podiam posar com fotos de sua opção para vice-presidente. Stephen Sandrelli, 60 anos, posou com uma foto da deputada federal Elise Stefanik. O pano de fundo era o Salão Oval da Casa Branca. "Em primeiro lugar, temos que deportar milhões, ao menos 15 milhões", defendeu, em relação a um futuro mandato de Trump. "Os democratas são terroristas. Eles odeiam nossa nação. Eles odeiam a humanidade. Eles estão tentando nos substituir, teoria da substituição, como você quiser chamá-la, e Trump se preocupa conosco. Acredito que ele é um homem que Deus tocou e que tem feito a coisa certa. Ele apenas abençoou o nosso país. Ele só ajudou os cidadãos." Sandrelli, ex-democrata e funcionário do governo federal em Fitchburg, Massachusetts, acrescentou: "Qualquer um que apoie o aborto apoia o assassinato".

Ao sentir o perigo político, Trump recusou-se, no entanto, a apoiar uma proibição nacional do aborto. Alguns aqui ficaram decepcionados. Com um boné vermelho da MAGA, Thomas Dinkel, 16 anos, estudante numa escola em Morgantown, na Virgínia Ocidental, reclamou: "Vou ser honesto com você, como cristão pró-vida, isso dói. Entendo por que ele e muitos outros republicanos nacionais fazem isso. Estão lentamente se afastando do problema. Isso irritou alguns. Eu apoio a proibição do aborto. Por enquanto está em nível estadual, e respeito, mas se algum dia fosse uma proibição federal eu a apoiaria. Entendo por que Trump está tomando uma posição sobre isso, assim como algumas outras posições que ele tem tomado do ultimamente. Rezo para que, quando ele chegar, o mínimo que possa fazer pelas comunidades pró-vida seja continuar a apoiar e nomear juízes pró-vida".

Mas Dinkel apoia Trump e está disposto a ignorar suas deficiências morais: "Ouça, sou cristão. Eu erro, você erra. Todo mundo nesta sala erra. Pecamos, falhamos, nos afastamos de Deus, e Trump admitiu isso. Ele não é a melhor pessoa. Ele não é uma pessoa perfeita. Nenhum de nós é. Ele diz que se arrependeu de seus pecados e sou chamado a perdoar Trump".

Dorothy Harpe, afro-americana de 74 anos aposentada, de uma igreja em Atlanta, na Geórgia, usava um boné MAGA e um distintivo que dizia: "Trump estava certo". "Ele diz a verdade", afirma. "As pessoas não querem acreditar nele, acham que sempre faz algo errado, mas não. Ele é inocente de todas as acusações falsas que fizeram contra ele. Deus conhece o coração de cada homem, e eu acredito que ele é cristão." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Recuar, jamais

The Observer Nas duas frentes de conflito, em Gaza e no Líbano, a possibilidade de cessar-fogo é remota

POR PETER BEAUMONT, DE JERUSALÉM

Em 2019, Aviv Kochavi, então chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, fez um discurso confiante. As FDI, proclamou, "têm tudo a ver com a vitória". Quando se avalia que as principais ameaças à segurança do país eram atores não estatais, como o Hamas e o Hezbollah, Kochavi daria início no ano seguinte a uma nova doutrina operacional, intitulada "vitória decisiva". Previa "operações rápidas e ofensivas, baseadas na utilização de unidades menores, apoiadas por um poder de fogo maciço" contra o que tinha sido redefinido como "exércitos terroristas baseados em foguetes", incluída a possibilidade de os israelenses terem de lutar em duas frentes ao mesmo tempo.

Nove meses depois do início do conflito em Gaza, na sequência do ataque surpresa do Hamas no Sul de Israel em 7 de outubro, o Estado luta em duas frentes simultaneamente. Mas a promessa de uma "vitória rápida" ou "decisiva", apesar da utilização de um poder de fogo maciço com consequências devastadoras para os civis em Gaza, revelou-se ilusória. E em meio à pressão internacional liderada pelos Estados Unidos por negociações de cessar-fogo significativas e um acordo de troca de reféns por prisioneiros, apoiado pela aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, a dinâmica da guerra prolongada impôs sua própria realidade.

A alegada existência de cartas enviadas por Yahya Sinwar, o líder do Hamas em Gaza, a descrever as baixas civis palestinas como "um sacrifício necessário", sugere que o grupo vê o avanço do conflito sob uma luz fundamentalmente diferente daquela das autoridades israelenses. Embora muito tenha sido dito sobre as supostas reivindicações de Sinwar, mais significativo é o enquadramento: o Hamas vê sua batalha em termos de movimentos de libertação históricos, como a luta argelina pela independência da França, que sofreu importantes reveses civis pelas forças francesas.

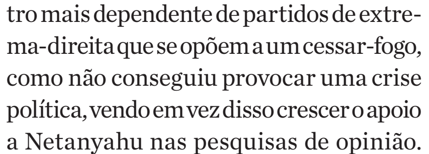
O fracasso contínuo de negociações de cessar-fogo significativas expôs as opiniões diametralmente opostas de Israel e do Hamas, não apenas sobre o que o conflito representa hoje, mas sobre sua trajetória em longo prazo. A liderança política e militar de Israel acreditou durante anos ser possível administrar seus conflitos, tanto com os palestinos quanto com o Hezbollah no Norte, ao mesmo tempo ignorando os vetores políticos que impulsionam a violência, notadamente a exigência palestina de um Estado e de autodeterminação. O Hamas e o Hezbollah há muito visam, no entanto, um horizonte mais distante. Para o Hamas, em particular, a última guerra não é vista como parte de uma série de conflitos episódicos, mas como um envolvimento numa luta mais longa, que acredita que acabará por vencer. Se existe um ponto em comum nas avaliações do campo de batalha por Israel e pelo Hamas é a crença sombria, de ambos os lados, de que não há alternativa além de continuar os combates.

Há uma escalada dos confrontos entre o Hezbollah e o exército israelense

Por sua vez, Sinwar, numa de suas missivas noticiadas, falou em termos dignos de Macbeth. "Temos que seguir em frente no mesmo caminho que iniciamos", teria escrito, segundo *The Wall Street Journal*. "Ou que seja uma nova Karbala", acrescentou, em referência à batalha do século VII no Iraque, quando o neto do profeta Maomé foi morto com seus seguidores.

De modo mais geral, o Hamas acredita ter obtido seus ganhos mais importantes fora dos combates, na frente diplomática. A condução por Israel de uma guerra com "poder de fogo maciço" e o subsequente sofrimento civil catastrófico fizeram o país enfrentar um crescente isolamento diplomático e acusações de uma série de crimes de guerra, entre eles genocídio e o uso da fome como arma de guerra – acusações que Israel nega –, à medida que mais países reconheceram o Estado palestino.

Se isso explica a posição maximalista do Hamas nas negociações de cessar-fogo, que aceitará o fim dos combates apenas com a retirada de Israel de Gaza, a posição israelense, apesar do otimismo de Washington, é igualmente inflexível. A saída de Benny Gantz e de seu partido da coligação de emergência de Benjamin Netanyahu não só tornou o primeiro-minis-





Guerra total. Apoiado pela ala extremista, Netanyahu vê na fronteira libanesa uma nova causa para estender sua permanência

SHAUL GOLAN/AFP E RABIHDAHER/AFP

tro mais dependente de partidos de extrema-direita que se opõem a um cessar-fogo, como não conseguiu provocar uma crise política, vendo em vez disso crescer o apoio a Netanyahu nas pesquisas de opinião.

Não se trata apenas da questão da guerra em Gaza, onde o conflito impõe sua própria dinâmica perigosa. Na batalha paralela com o Hezbollah, lançada em apoio a Gaza em 8 de outubro, foram expostas as mesmas posições israelenses sobre a disputa administrada e a possibilidade de uma vitória rápida e fácil. Nove meses de combates diários e gradualmente intensificados deslocaram dezenas de milhares de moradores em ambos os lados da fronteira libanesa. Um cenário impensável em setembro passado – que Israel estaria envolvido numa guerra fronteiriça prolongada e perigosamente inconclusiva com o Hezbollah – tornou-se uma questão política em meio a pedidos crescentes de uma ofensiva muito mais ampla contra a força libanesa.

As conversações de desescalada, lideradas pelo enviado especial dos Estados Unidos, Amos Hochstein, não conseguiram uma solução eficaz, uma vez que o Hezbollah insistiu que sua própria campanha depende do fim da luta em Gaza. Embora o grupo tenha insistido que não deseja uma guerra total, mas que está pronto para isso, caso aconteça, o que permanece obscuro é como termina o conflito e em quais termos.

Assim como o Hamas, o Hezbollah considera que, se não ganhar, ao menos não perderá. A morte de cerca de 400 combatentes não preocupou a liderança, e resta saber se o grupo poderá ser persuadido em negociações a retirar-se da fronteira. A guerra nas duas frentes, independentemente do horror, parece destinada a continuar por enquanto. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.



“Gravar para tocar onde?”

ENTREVISTA Zeca Pagodinho celebra 40 anos de carreira com uma turnê pelo País e um olhar crítico para a indústria musical

POR AUGUSTO DINIZ

O show de ingressos esgotados, no último fim de semana, em São Paulo, começa com imagens de sambistas históricos sendo exibidas no grandioso cenário. A última sequência de fotos é de Beth Carvalho (1946-2019).

Com essa cena ao fundo, surge no palco Zeca Pagodinho para abrir o repertório com *Camarão Que Dorme a Onda Leva*, parceria dele com Beto Sem Braço (1940-1993) e Arlindo Cruz. Foi a primeira música sua que Beth gravou, em 1983.

O samba traz à memória a quadra do

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
Festas populares.
A pesquisa de Lélia Gonzales é finalmente recuperada



FERNANDO MAIA/RIOTUR

Cacique de Ramos, na Zona Norte do Rio, onde, na virada dos anos 1970 para os 1980, se formou um grupo de talentosos sambistas jamais visto desde que a Turma do Estácio se reuniu, no fim da década de 1920, para fundar o samba moderno.

A roda do Cacique introduziu novos instrumentos no samba, como tantã, repique de mão e o banjo, este inserido por Almir Guineto (1946-2017), próximo de Zeca, que o chamava de "professor". Beth Carvalho era frequentadora assídua do local e lá garimpava novas composições para seus trabalhos. Zeca Pagodinho era outro deles. As rodas de samba da Velha Guarda da Portela eram outro ponto de parada do artista em suas andanças pelo Rio.



Repertório de uma vida. O artista apresenta o álbum audiovisual *Zeca Pagodinho – 40 Anos Ao Vivo*, gravado em fevereiro, no Engenhão, no Rio

Esses encontros estão muito presentes na turnê do álbum audiovisual *Zeca Pagodinho – 40 Anos Ao Vivo*, gravado no Engenhão, no Rio de Janeiro, no dia 4 de fevereiro, data em que o músico completou 65 anos. A turnê seguirá ainda por várias cidades do País.

Nesta entrevista exclusiva a *CartaCapital*, feita no bar que leva seu nome na Barra da Tijuca, onde mora no Rio de Janeiro, o sambista conta as suas andanças antes de se transformar num fenômeno da música; explica os motivos de ter criado um instituto em Xerém, na Baixada Fluminense, que já atendeu mais de 2 mil pessoas da comunidade; critica a falta de acesso às rádios; e se diz desanimado em lançar novas músicas.

CartaCapital: Você tem saudade da época do Cacique de Ramos?

> "Antes saía um disco, e a rádio dizia para a gravadora: 'Não mandaram o disco?' Agora tem que ir lá, implorar para tocar"

Zeca Pagodinho: Aquele Cacique era uma coisa! Quem viu, viu. Quem não viu, não vai ver nada igual. Aquilo era uma religião, como dizia (o compositor) Luiz Carlos da Vila (1949-2008). A gente ia para lá como se fôssemos a uma missa: cada um com samba novo para mostrar. E era cada samba, que nego chorava. E botava cerveja na mesa. Cada um que se achava dentro daquele samba, botava cerveja na mesa. Às vezes, penso: como a gente bebia tanto? Um dizia: "Pô, samba foda! Canta de novo. Vou botar mais cerveja". Era assim que funcionava. Tenho muita saudade. Ali no Cacique era uma roda que Nossa Senhora...

CC: Qual a importância de Beth Carvalho para a sua geração?

ZP: Beth deu aquela alavanca. Assim como eu, Arlindo (Cruz), grupo Fundo de Quintal, Jorge Aragão, Sombrinha, Luiz Carlos da Vila, Almir Guineto, tudo cria da Beth. Cada um com samba novo para mostrar para alguém, no caso a Beth Carvalho, e para cantar mesmo na nossa roda (do Cacique de Ramos).

CC: Você sempre teve uma relação muito próxima com Almir Guineto. Por quê?

ZP: Ele era o nosso professor. Não era qualquer um que chegava perto do Almir. Ele era difícil de lidar. Daí comecei a fazer música com ele, passei a ser um cambono dele. Quando cheguei em São Paulo (no início dos anos 1980), ele me colocou em seu apartamento já com uma mulher e tudo dentro. Depois me levou para a Serra da Cantareira, na casa de um polícia malandro, um brucutu, e aí fiquei assim casado, entre aspas, com a sobrinha dele. Fizemos (o samba) *Lama nas Ruas*. Almir era meu fã. Ele falava: "Jessé, você é um gênio".

CC: Sua geração mudou mesmo o samba?

ZP: A Velha Guarda (da Portela) achava que tínhamos mudado o samba. O Cacique veio com outra levada. Veio com banjo, tantã. E essa nova garotada



Rodas de samba. A quadra do Cacique de Ramos, na Zona Norte do Rio, foi um dos espaços onde Zeca se formou

é outra levada também. O samba fez uma mudança grande, explodiu. Porque depois veio o pagode. Pagode, antes, era o pagode do Arlindo, pagode do Cacique, pagode da Tia Doca – era uma reunião de quem cantava samba, não era gênero musical. Só depois virou gênero.

CC: E essa relação com a Velha Guarda da Portela?

ZP: Andei muito com eles (no mesmo período em que frequentava o Cacique de Ramos). Todo disco meu tinha uma faixa do Monarco (1933-2021) e uma outra de *pot-pourri* da Velha Guarda. Ia nos ensaios deles numa vila onde o Argemiro (1923-2003) morava. Era cada samba! E eram coisas do dia a dia, coisas engraçadas. Cada um tinha um gênero. O Casquinha (1922-2018) era do sincopado; Manaceia (1921-1995), do samba de amor; seu Alberto Lonato (1909-1998) era o poeta do amor.

CC: Sua primeira composição gravada, *Dez Mandamentos* (com Arlindo Cruz), no disco de Walmir Lima, em 1981, nunca foi registrada por você. Não gostaria de gravá-la?

ZP: Ando desanimado. Não tem mais rádio, não tem um programa que toque samba. A gente já reclamava, mas tinha a Rádio Tropical, a Rádio Nacional, com Rubem Confete e Arlênio Lívio (1942-2003). O Adelzon Alves (também na Rádio Nacional) era na madrugada. Não escuto mais rádio. Ninguém escuta. Antes saía um disco, e a rádio dizia para a gravadora: "Porra, não mandaram o disco?" Agora tem que ir lá, implorar para tocar. Dizem que tem até que pagar. Estou fora. A gente já reclamava há 40 anos, agora então...

"Pagode, antes, era uma reunião de quem cantava samba, não era gênero musical. Só depois virou gênero"

CC: Mas, se não fosse você no samba...

ZP: Pois é, a gente tenta. Estou, por exemplo, querendo saber por que samba só toca aos sábados e domingos. A gente não toca em rádio nenhuma durante a semana. (Zeca Pagodinho refere-se ao *Samba Social Clube*, programa realizado nos fins de semana, hoje no ar na Super Rádio Tupi.)

CC: Você é devoto de São Jorge e se emociona quando canta a canção *Ogum*, complementada com a oração de São Jorge. Isso é visível principalmente na gravação com a participação de Jorge Ben Jor (no DVD *Uma Prova de Amor*, de 2009). O que acontece?

ZP: No estúdio, Ben Jor teve uma crise de choro, eu também, o (produtor musical) Rildo (Hora) e o Arlindo também. Lembro de tudo! Nessa gravação, eu estava com meu pai internado, minha irmã internada, tinha outro problema de família. Não sei como consegui chegar ali. Ben Jor é muito devoto de São Jorge.

CC: Como estão os projetos de música do Instituto Zeca Pagodinho em Xerém?

ZP: Eu queria estudar música, e não pude. Comecei a trabalhar com 14 anos. Acho que muita criança tem esse desejo e não consegue. O Instituto já mandou quatro alunos para os Estados Unidos. Mas não dá dinheiro. Tinha um menino bom de violino, mas o pai tirou porque tinha que trabalhar. O melhor que tinha lá estudava piano e violão, foi até para Viena, mas o pai também tirou para trabalhar com ele. Eis a questão. Música é bom. Não é só para ser profissional. Música é remédio, cura. Fez muito bem para mim.

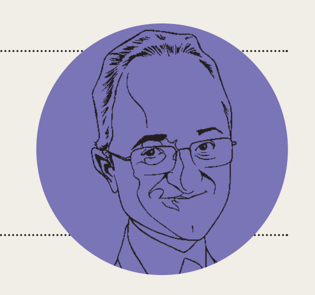
CC: Você tem vontade de gravar outras músicas?

ZP: Tenho, mas para tocar onde? •

MICHELLE BEFF/G.R. CACIQUE DE RAMOS

RIAD YOUNES

Oncologista dedicado a estudos e cuidados de tumores torácicos, é cirurgião nos hospitais Sírio-Libanês e Oswaldo Cruz e professor livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP



O excesso de estatinas

▶ Um estudo demonstra ter sido exagerada a indicação de estatinas para reduzir o colesterol em mais de 4,1 milhões de americanos. O resultado terá impactos no Brasil

Na última década, milhões de brasileiros, entre outras populações, começaram a tomar seus comprimidos diários de estatinas – nas variadas formulações químicas – e, mais recentemente, injeções, com o objetivo de controlar os níveis de colesterol circulante no sangue. Cada vez mais, recomendações dos especialistas têm baixado o sarrafo aceitável da normalidade para o LDL, conhecido como colesterol ruim.

O médico, geralmente, utiliza equações que determinam o risco de cada pessoa apresentar um quadro de doença cardiovascular grave, como infarto ou acidente vascular cerebral nos próximos anos e, com base no nível desse risco, prescreve ou não estatinas com o intuito de minimizar as possibilidades de obstrução arterial por placas de aterosclerose.

Uma piada que corre nos meios médicos é que, baixando tanto o nível de LDL considerado aceitável, logo as autoridades de saúde suplementarão estatinas na água potável, para que todo mundo receba a sua dose diária. Mas, como tudo na ciência, não há nem certezas absolutas nem dogmas imutáveis em torno do assunto.

Há poucos dias, foi publicado na prestigiosa revista médica *Jama Internal Medicine* um estudo extenso realizado por cientistas da Universidade de Pittsburgh, do Centro Médico Beth Israel Deaconess da Universidade Harvard e da Universidade de Michigan, liderados por doutor Timothy Anderson, pesquisador da Universidade de Pittsburgh.

O estudo reavaliou as diretrizes mundialmente aceitas até o momento para que um médico recomende o uso contínuo de estatinas para um determinado paciente. Nele foram analisadas a acurácia das equações e dos cálculos de risco atualmente usados na rotina médica. Nesse estudo, os pesquisadores coletaram dados de 3.785 adultos, com idades variando entre 40 e 75 anos, entre 2017 e 2020.

Os riscos individuais desses voluntários de doenças cardiovasculares ateroscleróticas foram estimados por meio de dois métodos. O PCE (Pooled Cohort Equations), método convencional, introduzido há décadas, foi comparado com equações recentemente desenvolvidas também pela American Heart Association (AHA), que é a Sociedade Americana de Cardiologia, chamadas PREVENT – sigla derivada da expressão Predicting Risk of Cardiovascular Disease Events.

A primeira grande vantagem do PREVENT é a representatividade da população atual. O PCE, por sua vez, utilizava dados coletados muitas décadas atrás, com falhas no que diz respeito à diversidade da população americana e às alterações mais modernas de comportamento e de fatores de risco.

Conhecimentos novos da biologia da doença cardiovascular também foram incluídos nos cálculos do modelo PREVENT, além de terem sido enfatizados os fatores raciais de cada indivíduo. Os cientistas observaram que havia excesso de indicação de estatinas em mais de 4,1 milhões de americanos, que tomavam esses comprimidos ou injeções com base em avaliação de riscos distorcida.

Esses dados terão um impacto imediato, não somente nos Estados Unidos.

Também aqui no Brasil, cada pessoa que toma estatinas deverá rediscutir a indicação individual com seu médico, para ver se ainda se enquadra em risco elevado o suficiente para uma recomendação de tratamento pelo resto da vida.

Os cientistas alertam que tais decisões devem ser individualizadas, revistas e discutidas com os médicos periodicamente. Há sempre atualizações nos dados científicos, assim como dos fatores de risco individuais, que podem modificar-se com o avanço da idade ou o aparecimento de novos problemas de saúde, como síndromes metabólicas ou doenças renais.

Isso significa que, para muitos brasileiros, poderá, talvez, haver suspensão do uso das estatinas. Pelo menos por enquanto. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Uma forma de arte

CULTURA POPULAR A pesquisa de Lélia Gonzalez em torno das festas brasileiras ganha nova vida e novas interpretações em um livro e uma exposição

POR AMANDA QUEIRÓS



Uma das principais intelectuais brasileiras do século XX, Lélia Gonzalez (1935-1994) circulou suas ideias em cursos, palestras, artigos e ensaios. Mas foi somente na década passada, após a redescoberta de seu pensamento pioneiro, em especial sobre a mulher negra, que sua produção começou a ser organizada em livros de forma mais consistente

Em 1987, Lélia escreveu *Festas Populares no Brasil*, sua única publicação solo lançada em vida. Premiado na Feira do Livro de Leipzig, na Alemanha, o volume teve um alcance restrito: seus 3 mil exemplares foram distribuídos como brindes de fim de ano a parceiros e clientes da Coca-Cola, sem jamais terem chegado a livrarias e bibliotecas.

Pois agora o livro foi reeditado. Nele, a pesquisadora apresenta algumas das principais manifestações culturais do País, como o Carnaval, a Quaresma, festas afro-brasileiras e brincadeiras diversas, aí incluídos o bumba meu boi, os reisados e os fandangos. Nesse passeio, ela analisa o impacto das culturas africanas e indígenas em práticas herdadas dos portugueses.



FESTAS POPULARES NO BRASIL

Lélia Gonzalez. Boitempo (176 págs., 83 reais)

"Apesar de a Lélia ter ficado conhecida como uma pensadora do feminismo negro, grande parte da sua produção acadêmica esteve no campo da cultura popular, abordando o papel dos escravizados dentro de um sistema opressivo e como eles procuraram formas de se inscrever e deixar suas marcas na cultura do colonizador", afirma a historiadora Raquel Barreto, que investigou a intelectual em seu mestrado.

Essas reflexões se opõem à cordialidade proposta por estudiosos contemporâneos a ela, como Gilberto Freyre (1900-1987). "Não se trata de uma ode à miscigenação nem à democracia racial, porque há um entendimento de que esse processo envolve conflito e desigualdade. Mas, ainda assim, esses encontros acontecem e resultam no que conhecemos e definimos como cultura brasileira", completa Raquel, que é curadora-chefe do Museu de Arte Moderna do Rio e assina o prefácio de *Festas Populares no Brasil*.

A reedição conta também com prólogo da cantora Leci Brandão, posfácio da acadêmica e dramaturga Leda Maria Martins e textos adicionais da atriz Zezé Motta e da filósofa Sueli Carneiro.

Ilustrado com mais de cem fotos, o novo volume traz imagens assinadas por Maureen Bisilliat, Walter Firmo – presentes na primeira edição –, Leila Jinkings, Marcel Gautherot (1910-1996), francês de origem operária radicado no Brasil, e Januário Garcia (1943-2021), grande amigo de Lélia e autor da foto de capa da vez, um registro de escolas de samba do Rio.



Raízes afro-brasileiras. As fotos de Walter Firmo e Maureen Bisilliat, que compuseram a edição original, de 1987, reaparecem no volume recém-editado

MAUREEN BISILLIAT E WALTER FIRMO

A riqueza visual e a potência da discussão gerada pelo livro inspiraram a exposição *Lélia em Nós: Festas Populares e Amefricanidade*, no Sesc Vila Mariana, em São Paulo. O título alude a um termo criado pela pensadora para evidenciar os efeitos da diáspora africana nas culturas latino-americanas, antecipando em décadas os debates decoloniais.

Além de reunir fotografias, a exposição investe em pinturas, instalações audiovisuais e criações inéditas encomendadas especialmente para lembrar os 30 anos da morte de Lélia. "Essas festas são frequentemente vistas como algo menor ou folclórico. Mas, apesar de não terem o devido reconhecimento, são lugares de produção estética. É a partir dessas festas que muitas pessoas, sobretudo negras, têm sua primeira aproximação com as artes e começam a elaborar o mundo de outra forma", diz Raquel, res-



Representações. Os pintores Heitor dos Prazeres (*à esq.*) e Maria Auxiliadora (*abaixo*) são dois dos artistas presentes na exposição *Lélia em Nós: Festas Populares e Amefricanidade*, no Sesc Vila Mariana, em São Paulo

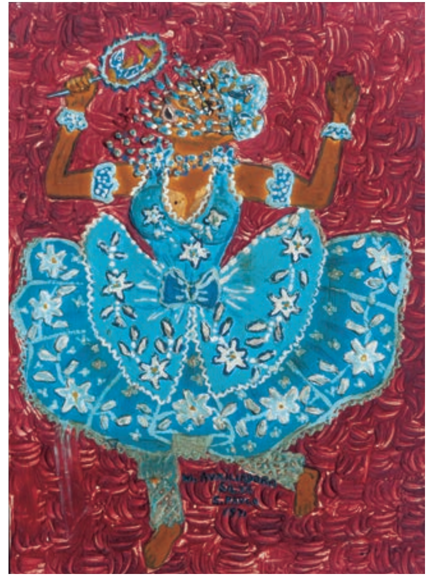
ponsável pela mostra ao lado de Glaucea Britto, curadora-assistente do Masp.

Obras de Walter Firmo, Heitor dos Prazeres (1898-1966), Raquel Trindade (1936-2018) e Nelson Sargento (1924-2021), entre outros, permeiam o espaço expositivo, dividido em cinco eixos temáticos baseados nos escritos da homenageada.

Para discutir racismo e sexismo, as curadoras fizeram encomendas a cinco artistas mulheres, todas negras, de diferentes gerações. "Durante a pesquisa, notamos uma quantidade muito maior de homens trabalhando essa temática, quando sabemos que as mulheres têm uma participação ativa nas festas", pontua Glauce.

Outros segmentos da exposição exploram a tradição da máscara, com seu papel nos contextos festivos, e os muitos sentidos possíveis para o conceito de beleza nesses espaços. "As cores e os materiais não são escolhidos aleatoriamente. Eles têm significados múltiplos, que têm a ver com valores atrelados à memória de uma comunidade. Uma boneca não é só um brinquedo, ela pode representar uma divindade, por exemplo", explica a curadora.

Há ainda um espaço dedicado exclusivamente ao Carnaval, manifestação com a qual Lélia se envolveu como colaboradora do Grêmio Recreativo de Arte Negra e



"É a partir dessas festas que muitas pessoas, sobretudo negras, têm sua primeira aproximação com as artes", diz Raquel Barreto

Escola de Samba Quilombo (G.R.A.N.E.S. Quilombo). Fundado em 1975, o grupo opunha-se ao aspecto comercial adquirido pela festa, defendendo uma perspectiva mais enraizada na cultura negra e popular.

Esse trânsito entre a academia e a sociedade responde de forma direta pela originalidade do pensamento de Lélia, no qual se entrecruzam antropologia, sociologia, filosofia e ciência política.

Como professora, Lélia deu aulas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, onde guiou um inédito curso sobre culturas negras brasileiras. Em paralelo, integrou o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), em 1976, e, dois anos depois, ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado (MNU), marco no combate ao racismo.

Dessa atuação transversal surgiram os livros *Lugar de Negro* (1982), em coautoria com Carlos Hasenbalg (1942-2014), o já citado *Festas Populares no Brasil*, e nenhum outro mais. Para Raquel, a dedicação de Lélia à práxis pode ter contribuído para uma ênfase menor nas publicações, mas isso não diminui a força de suas ideias nem justifica o apagamento à qual foram submetidas após sua morte.

"Mais do que apenas pinçar a teoria de Lélia para analisar relações de raça e gênero, é preciso entendê-la dentro do pensamento maior de uma autora que, não fosse o racismo e o sexismo no Brasil, seria leitura obrigatória. O esforço hoje é para a obra dela não ficar restrita ao movimento negro", diz Raquel. "Ela deve ser lida, discutida, questionada e problematizada no campo do pensamento social brasileiro." •

EVERTON BALLARDIN E BRUNO LEÃO

AFONSINHO
Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Sem respiro

▶ As manifestações de Tite contra a CBF apontam para um problema grave do futebol atual: o calendário que não permite o descanso adequado

Terminada a temporada europeia, o massacrado calendário do futebol apresenta a Eurocopa e, por adaptação, a Copa América.

Ambos os torneios seguirão pelo mês de julho, que tem, como grande acontecimento esportivo do globo, os Jogos Olímpicos de Paris.

Vimos, inclusive, na última semana, as disputas pelas últimas vagas das Olimpíadas.

A Eurocopa, atração mais empolgante deste período para os apaixonados pelo futebol, entra nas oitavas de final com jogos em "mata-mata". Perdeu, dançou.

Por conta do famigerado calendário, houve um bate-boca entre o Tite e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Recentemente questionado sobre as expectativas para o clássico contra o Fluminense, pela 11ª rodada do Brasileirão, o treinador do Flamengo reclamou do tempo de descanso diferente para cada clube e citou nominalmente o diretor de competições da CBF, Julio Avellar.

No caso, o Fluminense terá um dia a mais de preparação antes do clássico.

Na sequência, a CBF, em nota, definiu a fala de Tite como "despropositada, agressiva e ofensiva".

Em resumo: o técnico expõe as suas dificuldades e a entidade máxima do nosso futebol alega que a programação segue normalmente e que tudo está sob controle.

A realidade é que no mundo inteiro existem queixas em relação ao ritmo veloz que anda sendo imposto às mais diferentes atividades.

As comissões técnicas vivem no fio da navalha, com jogadores no limiar de suas condições físicas e se vendo obrigadas a poupar atletas.

Isso prejudica a estabilidade do conjunto das equipes em disputas acirradas, tanto para os que almejam ganhar o título quanto para os que se veem ameaçados por possíveis rebaixamentos.

Já sabemos, há tempos, que o acúmulo de jogos não permite uma recuperação razoável dos atletas. Não à toa, há clubes defendendo a formação de times com 33 jogadores.

Vem-me à lembrança o tempo em que um técnico, ao assumir um determinado time, exigia um máximo de 18 jogadores.

Sempre fiquei intrigado com esse número. Por que 18 e não 20, por exemplo?

O que não se vê são representações coletivas dos jogadores defendendo suas necessidades e mesmo seus interesses.

Uma dificuldade que se apresenta diz respeito à formação dos selecionados nacionais, que não deixa tempo para a preparação de modo a que se aprofunde o entrosamento necessário mesmo entre craques destacados.

Desta vez, o selecionado brasileiro teve um tempo melhor de recuperação e treinos para a Copa América.

Paradoxalmente, no entanto, esse mesmo calendário alucinado faz com que os jogadores não estejam acostumados a períodos longos de concentrações entediantes em locais completamente distintos daqueles comuns à sua rotina de jogos e viagens nos grandes centros em que atuam.

De todo modo, o trabalho da comissão encabeçada pelo Dorival Júnior é sério e, a despeito de todas essas dificuldades, torcemos pelo seu sucesso.

No Brasileirão, a saída do Fernando Diniz do Fluminense abre espaço para uma discussão sobre os rumos do nosso futebol, já que os métodos adotados pelo técnico presumem a retomada do que se considera nosso modo característico de jogar.

Mas Diniz já provou ser técnico de grandes qualidades e vai ter oportunidade de fazer outros bons trabalhos em grandes clubes. •

redacao@cartacapital.com.br



BAPTISTÃO E LUCAS FIGUEIREDO/CBF OFICIAL

Climão. O técnico do Flamengo questionou Julio Avellar

Michael Caine, em cena aos 90

TheObserver No filme *A Grande Fuga*, o ator interpreta um veterano da Marinha britânica que viaja até a França para celebrar o 70º aniversário do Dia D

POR CATHERINE SHOARD

Michael Caine usa dois relógios: um analógico para ver as horas e um Apple para todo o resto. Graças a isso, sabe até sua pulsação, diz, impressionado. Nesse momento, ele mostra que seu apartamento está a 26°C. Caine mora no Porto de Chelsea, em Londres: condomínios elegantes dos anos 1980 e a academia de ginástica da Princesa Diana. Ele gosta da segurança e tolera os helicópteros. Sua cobertura tem tapetes cor de caramelo, vistas de 360 graus, dois Oscar e 5 mil fotos de seus netos.

Estamos esperando por John Standing, seu colega de elenco em *A Grande Fuga*, que está preso no trânsito. Caine é um homem grande – aos 90 anos, ainda tem 1,85 metro – com quem se pode conversar à vontade. Mas estar à frente dele é intimidante.

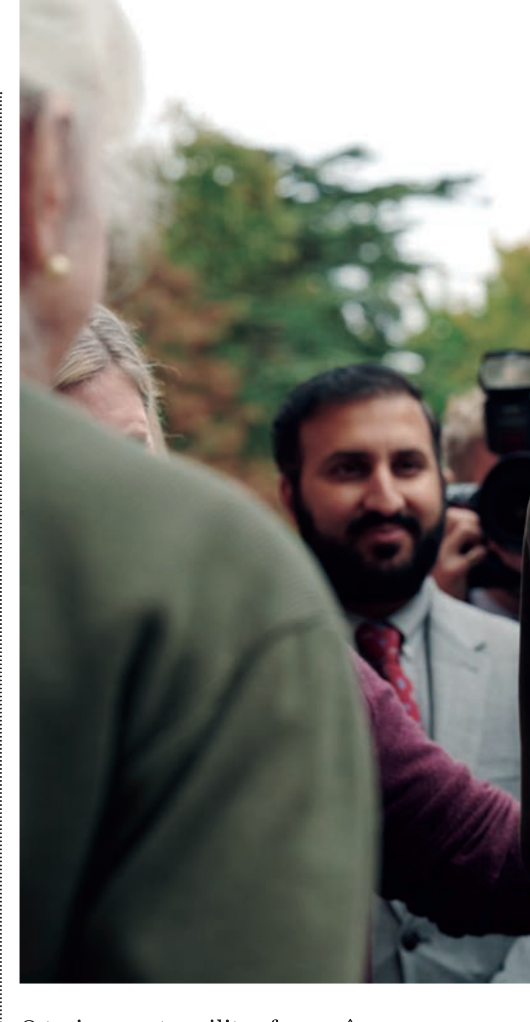
Logo chega Standing, que tem 89 anos, mas é ágil como um estreante. Eles se acomodam, comentam o clima e uma janela é aberta. Caine olha para meu iPad, que confunde com um telefone: "Caramba, esse é grande!"

A Grande Fuga é brilhante, digo. Caine fica surpreso por eu ter assistido ao filme, e muito mais por ter gostado. Ele não gostou? "Sim. Mas fiz filmes dos quais gostei, mas outras pessoas discordaram de mim."

Caine interpreta Bernard Jordan, veterano da Marinha Real Britânica que ganhou as manchetes em 2014, ao viajar sozinho de sua casa de repouso na Inglaterra até a Normandia, na França, para o 70º aniversário do Dia D. O filme – mais duro do que o cartaz indica e muito comovente – ficcionaliza uma amizade com Arthur (Standing), ex-piloto da Royal Air Force que ele conhece na balsa.

Os dois atores prestaram serviço nacional em Berlim depois da guerra e ambos acham que o serviço militar nacional deveria ser retomado. "Ele oferece uma percepção totalmente nova da vida", diz Caine. "Percebo como os jovens são diferentes hoje. Eles são tão livres com tudo.

> "Tenho 90 anos. Não me preocupo com o futuro. Eu me preocupo se vou chegar até o almoço"



O treinamento militar faz você pensar em ajudar outras pessoas. Meus netos, tudo o que eles fazem é jogar futebol."

Standing comenta que uma de suas filhas é "meio consciente" e o adverte sobre ser cancelado. "É horrível! Não temos permissão para dizer nada. Odeio isso. É meio doido não poder fazer piadas de sogra."

Caine confessa certa preocupação com os robôs, mas pondera: "Tenho 90 anos. Não me preocupo com o futuro. Eu me preocupo se vou chegar até o almoço".

Caine e Standing se conheceram no verão de 1976, fazendo outro filme de guerra, *A Águia Pousou*. Caine interpretava um nazista ávido para assassinar Churchill; Standing, um vigário bem es-



Sobre a guerra e a velhice. *A Grande Fuga*, dirigido por Oliver Parker, estreia na quinta-feira 27 nos cinemas brasileiros

ROB YOUNGSON

quisito. As memórias das filmagens parecem escassas, mas eles concordam que a produção de filmes não mudou muito.

"Faço meu próprio mundo", afirma Caine. "E, se me contratarem, terão de me deixar fazer as coisas do meu jeito. Caso contrário, estrago tudo. E mesmo que eu faça do meu jeito também estrago tudo." Ambos riem. "Michael, querido!", diz Standing. Eles mudaram? Standing suspira: "Estamos terrivelmente velhos." Ambos dizem que todos os amigos morreram. Pergunto qual a sensação.

"Solidão", diz Caine. "Jantei ontem à noite aqui com oito mulheres. Shakira as entende. Eu não entendo. São as mulheres dos meus amigos. Muitas vezes me sento numa mesa cheia de viúvas."

Ele e Shakira, de 76 anos, estão casados há mais de 50 anos. Envelhecer é menos terrível, aconselha ele, "se você for casado com alguém realmente bonito que não envelhece. Acordo todas as manhãs e lá está ela!"

No centro de *A Grande Fuga* há outro casamento duradouro, o de Bernie e Irene, interpretada por Glenda Jackson em seu último filme – ela morreu no ano passado. Os dois trabalharam juntos pela primeira vez há 48 anos. "Ela era muito jovem e bonita", diz Caine. "Muito atraente. Muito boa atriz. Mas era uma socialista de esquerda, e eu sou totalmente a favor de ganhar dinheiro, porque venho de uma família muito pobre."

Seus personagens são um casal dedicado que não teve filhos, embora o filme não mencione o fato. Isso pode ter mudado a dinâmica entre eles? "Tremendamente", diz Caine. "Vocês não têm nenhuma outra coisa para conversar. Falam um do outro. E você não precisa julgar o que a pessoa sente em relação a outra pessoa. Só a você."

É uma visão perspicaz, especialmente considerando que ele "sempre teve crianças ao redor, como um incêndio". Sua filha mais velha nasceu quando ele tinha 23 anos. Standing murmura em concordância. Ele também é casado há décadas. O segredo, diz, é "rir juntos".

O verdadeiro tema de *A Grande Fuga* é que a única fuga da velhice é a morte. Mesmo assim, Caine e Standing continuam a produzir trabalhos que seguirão vivos depois que eles partirem. Caine escreveu seu primeiro romance acamado, durante o confinamento, e agora está escrevendo um segundo livro. Standing é pintor profissional. Eles têm seis filhos ao todo. Algum desses empreendimentos é melhor ou pior como tentativa de alcançar a imortalidade? Na verdade, só existe uma, diz Caine: "Bondade".

A Grande Fuga já foi citado como o último filme de Caine, assim como acontecera com *Harry Brown* (2009) e, 24 filmes depois, com *A Última Turnê* (2021). Não é. Ele vai filmar outro em janeiro, no qual interpretará Charles Darwin. "E será isso. Não farei outro depois." Tem certeza? "Não! Mas a questão é: você consegue fazer? Decorar todas as falas? Me acostumei a não trabalhar e ficar na cama até as 11 horas e sair até tarde da noite. Amo isso." •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

VENES CAITANO



INÊS 249

Diálogos Capitais

UM PROJETO DE BRASIL

Ideias para o futuro do País

CartaCapital completa 30 anos e promove um ciclo de debates fundamentais para o futuro do Brasil.

Depois de uma conversa sobre reindustrialização sustentável e exportações, a segunda rodada reúne líderes de destaque dos setores público e privado novamente, em **14 de agosto.** Na pauta, dois temas fundamentais: **a integração nacional e sul-americana e os caminhos para uma transição energética justa e inclusiva.**

Mesa 1

A América do Sul e o Pacífico: as novas rotas comerciais

Convidados:



Simone Tebet, ministra do Planejamento



Luciana Servo, presidente do Ipea



Morgan Doyle, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil



Luiz Augusto de Castro Neves, presidente do Conselho Empresarial Brasil-China

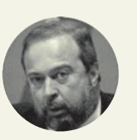
Mesa 2

Transição Energética Justa e Inclusiva

Convidados:



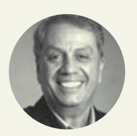
Ramon Haddad, vice-presidente da State Grid Brazil Holding



Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia



Magda Chambriard, presidente da Petrobras



Luiz de Mendonça, CEO da Acelen Renováveis



O evento terá transmissão ao vivo e gratuita no *site* de *CartaCapital* e no YouTube. Para mais informações, acesse: **cartacapital.com.br/umprojetodebrasil**

CartaCapital 30 ANOS

















INÊS 249



O **Rio Grande do Sul** passa pela maior catástrofe climática de sua história.



Doe via **PIX** pelo
CNPJ 34.267.237/0001-55
(Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF)

Ajude as milhares de pessoas desalojadas e desabrigadas!



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

